

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CAMPUS VII/CODÓ
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS
NATURAIS/BIOLOGIA**

MYLLENA SUZI LIMA SILVA

**SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA:
DESCONSTRUINDO TABUS E POTENCIALIZANDO DIÁLOGOS NA
ESCOLA**

**CODÓ – MA
2018**

MYLLENA SUZI LIMA SILVA

**SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA:
DESCONSTRUINDO TABUS E POTENCIALIZANDO DIÁLOGOS NA
ESCOLA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais, Habilitação em Biologia, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus VII/Codó, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Naturais, com Habilitação Biologia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Waldílio da Silva Sousa

**CODÓ – MA
2018**

MYLLENA SUZI LIMA SILVA

**SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA:
DESCONSTRUINDO TABUS E POTENCIALIZANDO DIÁLOGOS NA
ESCOLA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais, Habilitação em Biologia, da Universidade Federal do Maranhão – UFMA, Campus VII/Codó, como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Ciências Naturais, com Habilitação Biologia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Waldílio da Silva Sousa

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Waldílio da Silva Sousa
Campus VII/Codó

Prof^ª. Dra. Franciele Monique Scopete dos Santos
Campus VII/Codó

Prof^ª. Dra. Tatiane da Silva Sales
Campus VII/Codó

Lima Silva, Myllena Suzi.

Saúde Sexual e Reprodutiva: Desconstruindo tabus e potencializando diálogos na escola / Myllena Suzi Lima Silva. - 2018.

68 p.

Orientador(a): Francisco Waldílio da Silva Sousa.
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Naturais -
Biologia, Universidade Federal do Maranhão, Codó, 2018.

1. Adolescentes. 2. Doenças Sexualmente
Transmissíveis. 3. Saúde Sexual e Reprodutiva. 4.
Sexualidade. I. da Silva Sousa, Francisco Waldílio. II.
Título.

Dedico este trabalho as mulheres da minha vida: Maria Cícera, Maria Rita e Michele pelo incondicional que sempre me doaram e por compartilharem comigo os melhores momentos da minha vida.

Agradecimentos

Primeiramente à Deus, por me oportunizar viver esse momento e por todas as bênçãos concebidas.

A minha família, pelos ensinamentos, amor, apoio e dedicação que sempre me doaram em todos os momentos de minha vida, e pelos os inúmeros sacrifícios que fizeram para que eu chegasse até aqui.

Aos meus queridos amigos, que tornaram essa etapa da minha vida única e cheia de aprendizado, em especial Adriana Almeida, Amanda Maciel, Francília Leal, Guilherme Tavares, Mayara Lima e Rosália Ferreira. Obrigada pelo carinho, companheirismo e amizade durante essa trajetória e por todos os momentos e experiências compartilhadas.

Ao meu querido orientador Prof. Dr. Francisco Waldílio da Silva Sousa, pela compreensão, paciência, carinho e dedicação que me doou durante a construção desse trabalho.

A todos os professores do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais/Biologia da UFMA/Campus VII de Codó, por todo empenho e ensinamentos no decorrer da minha formação acadêmica.

A professora Thâmara Vilanova do Centro de Ensino Colares Moreira, pelo auxílio e contribuição no desenvolvimento das oficinas.

À todos vocês, meus sinceros agradecimentos.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 – Capa do 1º Livro Didático de Biologia analisado	26
Imagem 2 - Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST's	27
Imagem 3 - Quadro das Principais Doenças Sexualmente Transmissíveis	28
Imagem 4 - Métodos Anticoncepcionais	29
Imagem 5 - Métodos Anticoncepcionais	30
Imagem 6 - Capa do 2º Livro Didático de Biologia analisado	32
Imagem 7 – Alunos realizando a dinâmica “Gatinho manhoso”	44
Imagem 8 - Alunos na oficina “Vulnerável, eu?”	45
Imagem 9 - Alunos/as na oficina “Negociação do uso da Camisinha”	48
Imagem 10 - Materiais utilizados na oficina	48

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Análises das respostas referentes as abordagens dos professores.	35
Gráfico 2 - Análises das respostas referentes a projetos e campanhas na escola.	37
Gráfico 3 - Análises das respostas referentes as informações do livro didático.....	38
Gráfico 4 - Análises das respostas referentes a indagações.....	39

LISTA DE SIGLAS

AIDS – Síndrome da Imunodeficiência Deficiência Adquirida

CIPD – Conferência Internacional de População e Desenvolvimento

DST – Doença Sexualmente Transmissível

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

HIV – Vírus da Imunodeficiência Humana

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IST – Infecção Sexualmente Transmissível

MS – Ministério da Saúde

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organização das Nações Unidas

OMS – Organização Mundial da Saúde

PAISM – Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher

PSE – Programa Saúde na Escola

PeNSE – Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar

PCN's – Parâmetros Curriculares Nacionais

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

SPE – Saúde e Prevenção nas Escolas

SINAN – Sistema de Informação de Agravos de Notificação

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	13
2.ESCOLA E SEXUALIDADE: LIMITES E DESAFIOS	16
2.1.A gestão escolar e a sua atuação no âmbito da saúde sexual e reprodutiva	17
2.2.Projeto Político-Pedagógico do Centro de Ensino Colares Moreira	22
2.3.Das práticas docentes voltadas a saúde sexual e reprodutiva.....	23
2.4.Análise dos Livros didáticos de Biologia	26
3.SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA: REFLEXÕES E DEBATES	35
3.1.Abordando a Sexualidade na Escola: Uma proposta de intervenção.....	42
4.POLITICAS PÚBLICAS E A PROMOÇÃO DA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA	50
4.1.Políticas de distribuição dos preservativos masculino e feminino pelas UBS do município de Codó, MA, Brasil.....	51
4.2.Levantamento epidemiológico de Doenças Sexualmente Transmissíveis no município de Codó, MA, Brasil.....	55
5.CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
6.REFERÊNCIAS	62
APÊNDICES	65
APÊNDICES A – Questionário Gestores/as	66
APÊNDICE B – Questionário professores/as	67
APÊNDICE C – Questionário alunos/as	68
APÊNDICE D – Questionário mulheres	69

RESUMO

Objetivou-se neste trabalho, analisar como são realizadas as abordagens sobre saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens no ambiente escolar que é, sem dúvida, um espaço privilegiado para a promoção da saúde com a implementação de políticas públicas que fomentem discussões e reflexão em prol dessa temática. A adolescência é marcada por transformações físicas e psicológicas fazendo com que os adolescentes vivam a sexualidade de forma intensa, os colocando em zona de riscos, tornando imprescindíveis ações de educação em saúde com a finalidade de conscientizar a adoção de métodos preventivos no campo das DST/AIDS e gravidez não planejada mais eficazes, além de oportunizar a potencialização de diálogos e desconstrução de tabus que permeiam a sexualidade humana. Utilizamos nesta pesquisa, uma metodologia quanti-qualitativa, com aplicação de questionários, entrevista e intervenção didática, além das representações discentes. De forma geral, concluímos que, a escola ainda tem um longo caminho a percorrer nas abordagens de saúde sexual e reprodutiva, muitos tabus ainda precisam ser desconstruídos e discutidos na escola, oportunizando a promoção da saúde de adolescentes e jovens. Como aporte teórico, dialogamos com Carvalho (2012), Camargos (2016), Picorari (2005), Fernandes (2016), Holanda (2010) entre outros/as.

Palavras chaves: Adolescentes. Sexualidade. Saúde sexual e reprodutiva. Doenças Sexualmente Transmissíveis.

ABSTRACT

The objective of this study was to analyze how the approaches on sexual and reproductive health of adolescents and young people in the school environment are undoubtedly a privileged space for the promotion of health with the implementation of public policies that foster discussions and reflection on for this theme. Adolescence is marked by physical and psychological changes, causing adolescents to live their sexuality intensely, placing them in a risk zone, making essential actions of health education in order to raise awareness of the adoption of preventive methods in the field of STD / AIDS and unplanned pregnancies, in addition to providing opportunities for dialogue and the deconstruction of taboos that permeate human sexuality. We used a quantitative-qualitative methodology with questionnaires, interview and didactic intervention, in addition to the student representations. In general, we conclude that the school still has a long way to go in sexual and reproductive health approaches, many taboos still need to be deconstructed and discussed at school, promoting the health of adolescents and young people. As a theoretical contribution, we dialogued with Carvalho (2012), Camargos (2016), Picorari (2005), Fernandes (2016), Holanda (2010) among others.

Keywords: Adolescents. Sexuality. Sexual and reproductive health. Sexually Transmitted Diseases.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa refere-se a um trabalho monográfico voltado a Saúde Sexual e Reprodutiva de adolescentes e jovens da rede pública estadual do Município de Codó – MA, tendo como primazia a desconstrução de tabus que permeiam os assuntos voltados a sexualidade e a potencialização de diálogos no ambiente escolar acerca da temática, ressaltando sua relevância para a implementação de políticas públicas na escola que conscientize e promova a saúde sexual e reprodutiva desse grupo etário que possui um elevado grau de vulnerabilidade a contrair DST/AIDS.

É importante refletir a importância das abordagens sobre Saúde Sexual e Reprodutiva na escola, sobretudo com adolescentes e jovens, uma vez que, alguns comportamentos sexuais vulneráveis podem colocar a saúde em risco. Ações de educação em saúde frente a Saúde Sexual e Reprodutiva vêm sendo uma grande ferramenta para minimizar os riscos aos quais estão expostos, riscos estes, oriundos de práticas sexuais desprotegidas sem as devidas medidas preventivas. Os comportamentos adotados pelos adolescentes e jovens em relação à sexualidade é um fator que desperta preocupações, especialmente a gravidez não planejada e DST, que são ocasionadas pela desinformação e tabus impostos a sexualidade humana. Nesse contexto, os adolescentes devem ter participação ativa na elaboração e implementação de ações educativas no campo da saúde sexual e reprodutiva, principalmente em um aspecto preventivo, sendo necessário que o ambiente escolar como instituição potencializadora de conhecimento proporcione espaços para discussões e debates de tais temáticas como forma de instigar a prevenção no processo de ensino/aprendizagem.

Diante do exposto, foram levantadas algumas problematizações, que fomentaram e nortearam o desenvolvimento desse trabalho, tais como: Qual a importância das abordagens sobre a saúde sexual e reprodutiva com adolescentes e jovens do ensino médio? Como é feita a percepção dos alunos acerca da temática DST/AIDS? Como os órgãos públicos atuam na prevenção contra as DST/AIDS nas escolas? Como os professores da escola Centro de Ensino Colares Moreira abordam a temática saúde sexual e reprodutiva? Como a escola Centro de Ensino Colares Moreira atua no campo das DST/AIDS? Como a temática DST/AIDS e saúde sexual e reprodutiva é abordada nos livros didáticos?

No desenvolvimento desse trabalho utilizamos uma pesquisa de cunho quantitativa, cujos procedimentos metodológicos compreenderam pesquisa bibliográfica, aplicação de questionários com perguntas objetivas e subjetivas, entrevistas, intervenções didáticas, além da observação, tendo como objeto de estudo uma escola da rede pública estadual Centro de Ensino Colares Moreira no município de Codó, MA, Brasil.

Os objetivos que a pesquisa buscou atingir são: Refletir sobre a importância das abordagens sobre a saúde sexual no ensino médio para a formação social dos alunos; Observar as representações discentes acerca das abordagens sobre DST/AIDS, gravidez na adolescência e métodos contraceptivos; Promover a realização de intervenções didáticas através de oficinas sobre as DST/AIDS, gravidez na adolescência e métodos de contracepção, em uma perspectiva preventiva; Analisar a atuação dos órgãos públicos no campo das DST/AIDS; Analisar a atuação dos professores em relação à temática DST/AIDS na sala de aula; Mostrar a importância da atuação da escola na promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens; Verificar como o livro de didático de Biologia do Ensino Médio aborda questões sobre a temática saúde sexual e reprodutiva; Fazer um levantamento epidemiológico de casos DST no município de Codó, MA, Brasil.

No primeiro capítulo abordamos importância da atuação da escola como instituição difusora de conhecimentos nas abordagens sobre a saúde sexual e reprodutiva, tendo um papel fundamental na promoção de reflexões e debates pertinentes sobre fatores de riscos a saúde, instigando a adoção de políticas públicas educacionais que viabilizem e proporcionem educação em saúde como forma de proteção à vida e a saúde sexual de adolescentes e jovens vulneráveis através do processo de ensino/aprendizagem, além de analisar as abordagens sobre saúde sexual e reprodutiva nos livros didáticos.

No segundo capítulo fazemos abordagens sobre as representações discentes acerca da saúde sexual e reprodutiva, fazendo uma análise sobre as concepções dos mesmos sobre a atuação da escola, da família e dos professores em prol da promoção de ações preventivas. Ressaltando a importância da potencialização do diálogo nesse campo como forma de instigar o pensamento reflexivo sobre os meios de proteção/autocuidado com a finalidade de desmitificar paradigmas que permeiam a sexualidade.

O terceiro capítulo, destacamos atuação dos órgãos públicos de saúde enfatizando as políticas públicas de prevenção utilizadas no campo da saúde sexual e reprodutiva, realizando uma análise sobre tais políticas implementadas e sua eficácia para a proteção à vida e a saúde sexual da população.

2. ESCOLA E SEXUALIDADE: LIMITES E DESAFIOS

É de suma importância analisar a atuação da escola, com ênfase na organização do trabalho pedagógico, gestão e o planejamento escolar, no que se refere às abordagens de saúde sexual e reprodutiva. Investigar as práticas docentes, neste campo, além de possibilitar reflexões sobre o processo de ensino/aprendizagem, também contribui para pensar sobre o próprio papel social da escola, visto que além de sua “missão” precípua de difusora/construtora de conhecimentos, esta, também avulta como potencializadora de fatores de proteção a vida e da saúde, e fomentadora do exercício pleno da cidadania.

Neste capítulo registramos as análises dos seguintes dados e fontes: a) entrevista com uma gestora da Escola Colares Moreira, b) Projeto Político-Pedagógico c) materiais didáticos de Biologia, d) questionário aplicado com docentes da referida instituição. Nessa perspectiva, este capítulo norteou-se pelos seguintes objetivos: Analisar a atuação dos professores em relação à temática DST/AIDS na sala de aula; Mostrar a importância da atuação da escola na promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens; Verificar como o livro de didático de Biologia do Ensino Médio aborda questões sobre a temática saúde sexual e reprodutiva.

Em âmbito de Brasil, para registramos do ponto vista histórico, alguns programas foram desenvolvidos há anos no campo da saúde relacionada à saúde reprodutiva como, por exemplo, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher – PAISM/MS/1984 criado pelo Ministério da Saúde¹, este programa foi considerado um marco histórico, pois foi um programa voltado a ações de políticas públicas voltadas exclusivamente ao público feminino, sendo um grande progresso nos direitos reprodutivos das mulheres do país. Além de propor abordagens significativas em todos os aspectos sobre a saúde da Mulher, repercutindo positivamente em prol de políticas públicas para a promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e assistência da população (BRASIL, 2005), entretanto essa temática permaneceu até recentemente “silenciada” nas práticas docentes e pedagógicas e em materiais didáticos aparecendo de forma tangenciada em aulas de biologia e/ou ciências quando se abordava o sistema reprodutivo humano.

¹Ministério da Saúde – Instituição governamental responsável pela manutenção da saúde pública do país (Brasil, 2018).

A seguir apresentaremos a comunicação dos resultados atinentes aos objetivos supracitados desta pesquisa, em que, a partir do diálogo com uma bibliografia especializada, realizamos a análise e discussão dos dados produzidos.

2.1. A gestão escolar e a sua atuação no âmbito da saúde sexual e reprodutiva

No dia 18 de Junho de 2018 realizamos uma entrevista gravada com a gestora do Centro de Ensino Colares Moreira da rede pública estadual do município de Codó – MA. Essa entrevista teve como objetivo principal conhecer a atuação e contribuição desta escola em relação os aspectos preventivos e outras atuações relacionados à saúde sexual e reprodutiva no ambiente escolar.

A gestora entrevistada, Francisca Nayra Viana de Sousa, é formada em Letras/Espanhol e atua há 13 anos como professora, estando há 1 ano e 2 meses na gestão da aludida escola. Para a realização da entrevista foram feitas cinco perguntas subjetivas em relação à temática Saúde Sexual e Reprodutiva, ressaltando a sua importância para formação e informação de adolescentes e jovens, enfatizando o papel da escola nestes processos.

Para darmos início a entrevista realizamos uma pequena introdução a respeito da temática da pesquisa, definindo e diferenciando saúde sexual e reprodutiva para melhor andamento da entrevista. Para isso, utilizamos as definições do Ministério da Saúde, que define saúde sexual e reprodutiva como:

Saúde sexual é a integração dos aspectos somáticos, emocionais, intelectuais e sociais do ser sexual, de maneira a enriquecer positivamente e a melhorar a personalidade, a capacidade de comunicação com outras pessoas e o amor. O propósito dos cuidados da saúde sexual deveria ser o melhoramento da vida e das relações interpessoais, e não meramente orientação e cuidados relacionados à procriação e doenças sexualmente transmissíveis.

A saúde reprodutiva é definida como sendo o estado de bem-estar físico, mental e social em todos os aspectos relacionados ao sistema reprodutivo, às suas funções e processos e não à mera ausência de doenças ou enfermidades. A saúde reprodutiva implica que as pessoas sejam capazes de desfrutar uma vida sexual segura e satisfatória, com liberdade para decidir se querem ou não ter filhos (as), o número de filhos (as) que desejam e em que momento da vida gostariam de tê-los(as) (BRASIL, 2010, p.17).

Como podemos verificar tais categorias possuem similitudes, porém é importante destacar/enfatizar suas especificidades quando da abordagem das

mesmas, sobretudo entre as juventudes, visto que a reprodução, em geral, implica a prática sexual, muito embora tal prática não se vincule necessariamente àquela finalidade, em ambos os casos a dimensão da saúde e do cuidado/proteção de si e do outro/a apresenta-se com um aspecto relevante e imprescindível.

Dito isto, iniciamos a entrevista, sendo a primeira pergunta relacionada à importância das abordagens sobre saúde sexual e reprodutiva com os/as discentes. Assim se reportou a interlocutora:

[...] como nosso público é 100% de adolescentes entre 15 e 19 anos, não tem como fugir dessa temática. Nossos professores de Química e Biologia [...] têm sempre essa preocupação em palestras e informações [...], uma das nossas intérpretes de Libras, concursada que chegou na escola, é, também, assistente social e trabalhou muitos anos em Teresina com essa temática. Então, dentro do nosso calendário nós temos palestras [...] mensais com temas sugeridos pelos próprios alunos. E na grande maioria, os temas são esses: palestras voltadas pra sexualidade. A gente percebeu, por exemplo, que eles não têm é contato, intimidade com os pais, coragem. Na verdade, por isso que a gente começou a perceber, e aí viu a importância desse tipo de palestra na escola.

Segundo a gestora, palestras que contemplam a temática saúde sexual e reprodutiva são de suma importância no ambiente escolar e muitas vezes os próprios alunos/as sugerem essa temática, já que os mesmos não têm o hábito de diálogos dessa natureza no ambiente familiar. Sobre essas questões os autores Marola, Sanches e Cardozo (2011, p.96), enfatizam a importância da concessão dos direitos sexuais e reprodutivos,

A conquista do exercício dos direitos sexuais e reprodutivos forçou o direcionamento da atenção dos serviços de saúde à desmistificação das práticas sexuais e reprodutivas, reforçando a importância de práticas que apresentavam uma aproximação do corpo e promoção à saúde.

Debates desse tipo, que envolve questões de ordem moral e ainda envolto de tabus e preconceitos também não são, em geral, adequadamente abordados, nem mesmo nas escolas, visto que tais discussões são relativamente recentes. Para termos uma ideia, apenas em 1994 a Organização das Nações Unidas (ONU) organizou a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo, no Egito. Esta foi talvez (pelo menos de acordo com nossos levantamentos) a primeira conferência que teve como foco principal debater assuntos voltados a sexualidade internacionalmente, além de ter sido o maior evento realizado nesse campo. Nesta, foram abertas discussões sobre população e desenvolvimento, questões relacionadas à mulher, em especial a desigualdade de gênero, meio

ambiente e direitos humanos. Por fim foi redigido um documento que enfatiza os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos (BRASIL, 2005); (BRASIL, 2013); (JIMENEZ, *et al.*, 2015).

Na segunda pergunta abordamos a incidência de gravidez na adolescência entre discentes da escola. A gestora assim se reporta: *Temos quatro casos. Um ainda está sob suspeita, inclusive a mãe não tem certeza, mas, temos quatro casos confirmados de gravidez não planejada como na maioria das vezes.*

A resposta destaca que tais gravidezes são, em sua maioria, não planejadas, entretanto, é importante salientar que existem direitos reprodutivos que garantem o direito das pessoas decidirem, de forma livre e responsável, se querem ou não ter filhos, quantos filhos desejam ter e em que momento de suas vidas, existe ainda em nosso ordenamento jurídico, o direito de acesso a informações, meios, métodos e técnicas para ter ou não ter filhos, além, do direito de exercer a sexualidade e a reprodução livre de discriminação, imposição e violência. Tais direitos² na prática não são viabilizados e nem conhecidos, principalmente em relação aos adolescentes e jovens que são os grupos de maior suscetibilidade a gravidez não planejada (Brasil, 2010). Marola *et. al.* (2011, p.98) assevera que os “[...] conteúdos como direitos sexuais e reprodutivos são pouco conhecidos dos adolescentes e são de fundamental importância para se pensar na saúde sexual da população jovem”.

Em relação aos direitos reprodutivos, já previstos na Constituição Federal Brasileira de 1988, em 12 de Janeiro de 1996 foi promulgada a lei 9.263, que regulamenta o planejamento familiar. Mas não aborda diretamente a questão por faixa etária. No parágrafo 7º da Constituição Federal, estabelece em seu art. 2º

Para fins desta Lei, entende-se planejamento familiar como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal.

Parágrafo único – É proibida a utilização das ações a que se refere o caput para qualquer tipo de controle demográfico (BRASIL, 1996).

Esta mesma lei, o art. 9º estabelece que:

² A Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada no Cairo, no Egito (1994), organizada pela Organização das Nações Unidas instituiu em seu relatório na Plataforma Cairo no capítulo VII os Direitos de reprodução e saúde reprodutiva, ressaltando que muitos direitos reprodutivos abrangem direitos humanos reconhecidos por leis (CAIRO, 1994).

Para o exercício do direito ao planejamento familiar, serão oferecidos todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitos e que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, garantida a liberdade de opção (BRASIL, 1996).

A família e a escola em parceria devem proporcionar que adolescentes e jovens gozem de todos os direitos reprodutivos na sociedade, a fim de minimizar os números de gravidez precoce, através de diálogos, ações educativas e promoção dos métodos de contracepção. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu Artigo 4º, institui que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Carvalho *et al.* (2012, p.1) observam que “há uma indiferenciação entre sexualidade e genitalidade, representação esta que afeta a compreensão dos limites entre autonomia e proteção”. Mesmo sabendo das tensões que a temática envolve, não podemos deixar de realizar, embora *en passant* o debate acerca da sexualidade infanto-juvenil. Apesar de toda “polêmica” que essas discussões acarretam e reconhecendo que o artigo do ECA supracitado não aborda essa temática de forma direta, entendemos que o silenciamento, a negligência e a cultura patriarcal, machista e adultocêntrica que secundariza o papel da mulher em vários aspectos, imputa a várias adolescentes e jovens mulheres uma cultura de violência, que se apresenta desde dimensões simbólicas e psicológicas à situações de castigo e abandono, nessa perspectiva as autoras anteriormente citadas ainda registram que a partir de critérios cristalizados como “verdades científicas”, “cria-se uma legitimidade para se expurgar do universo infanto-juvenil a possibilidade de experiências que envolvam a dimensão sexual [...]”.

Perguntamos ainda sobre a atuação/participação/interação de pais e mães junto à escola especificamente dialogando sobre essa temática.

As palestras são voltadas para os alunos. [...] a escola não conhece os pais das quatro grávidas [...]. Os pais têm vergonha de virem até a escola. Quando elas têm bebê eles não vêm nem deixar o atestado, manda por terceiros, por que tem vergonha de ter uma filha grávida adolescente, que na maioria das vezes os pais dos bebês não assumem, [...] a família termina se afastando um pouco.

Segundo a fala da gestora podemos perceber que os pais não participam das atividades da escola e, ao que percebemos, também não são convidados. É importante frisar que existem direitos que asseguram os adolescentes e jovens a terem uma vida sexual saudável e segura, tais como: O direito de ter relação sexual, independentemente da reprodução; O direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez e de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e AIDS; O direito a serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e um atendimento de qualidade, sem discriminação; e o mais importante, para o debate que esta pesquisa realiza, “O direito à informação e à educação sexual e reprodutiva”. A partir desses direitos que são assegurados aos adolescentes e jovens passa a ser dever da família, escola e órgãos públicos de saúde proporcionarem todas as informações e métodos preventivos acerca das DST/AIDS na sociedade (BRASIL, 2015), (JIMENEZ, *et al.*, 2015).

Perguntamos ainda se na escola existe ou existiu algum projeto com a temática saúde sexual e reprodutiva, a gestora informou que em 2017 uma professora de sociologia realizou trabalhos/intervenções dessa natureza e que em 2018, há um calendário de atividade que prevê para o mês de setembro palestras com essa temática. Sobre a realização de campanhas e/ou outras atividades por parte de outros órgãos públicos, como o de saúde, por exemplo, tivemos a seguinte resposta:

Sim. Inclusive como a gente fica do lado da secretaria de saúde é ... tem o PSE que é o Programa Saúde na Escola, que realiza palestras. Eles só não fazem mais, porque a gente não tem tantos espaços no calendário escolar, mas, o nosso cronograma é uma vez por mês. Então, às vezes a gente é obrigado até a trocar a palestra da Thâmara que é nossa professora e a palestra da secretária de Saúde. Por que nosso calendário é lotado.

Como podemos verificar, a gestora ressalta que os órgãos de saúde atuam no campo da saúde sexual e reprodutiva através do Programa Saúde na Escola – PSE³. Entretanto não obtivemos informações mais amplas acerca das práticas docentes, que se refere aos PCN pertinentes aos temas transversais e aos conteúdos específicos da área de ciências naturais/biologia, como veremos adiante.

³ O Programa Saúde na Escola (PSE) foi criado pelo Ministério da Saúde em Parceria com o Ministério da Educação e tem a finalidade de desenvolver ações que promovam a saúde em educação nas escolas, através de políticas públicas para adolescentes e jovens da rede pública do Brasil (MEC, 2018).

2.2. Projeto Político-Pedagógico do Centro de Ensino Colares Moreira

O Projeto Político-Pedagógico é um documento criado pelas instituições de ensino, que deve conter as propostas pedagógicas a serem desenvolvidas nas instituições escolares. A construção do projeto político-pedagógico é primordial para o desenvolvimento de atividades educacionais mais efetivas, já que o P.P.P. pode fornecer e dá caminhos e orientações para a organização do trabalho pedagógico nas escolas.

Ao analisar o Projeto Político-Pedagógico do Centro de Ensino Colares Moreira, com a finalidade de saber como a temática saúde sexual e reprodutiva é pensada pela referida instituição e identificar como a escola atua nesse campo, observamos lacunas significativas nessa área, o que pode revelar que as ações que existem sejam pontuais/esporádicas e não planejadas de maneira permanente, inclusive com processos avaliativos que possam contribuir para redimensionamento e/ou reorientação das atividades.

Através da análise realizada com o P.P.P. do Centro de Ensino Colares Moreira, foi possível observar que apresentam um leque de temáticas a serem trabalhadas, dentre elas os temas os transversais: Ética, Saúde, Educação ambiental, Pluralidade Cultural e Orientação sexual. No campo da Orientação sexual que possui mais embasamento para essa pesquisa, contempla questões sobre sexualidade voltadas à homossexualidade e bissexualidade dando ênfase para as relações de gênero e diversidade na escola, ou seja, os assuntos referentes à saúde sexual e reprodutiva estão excluídas do tema Orientação Sexual preconizados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), não abordando os aspectos sexuais e reprodutivos.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os assuntos voltados à sexualidade devem ser trabalhos de forma transversal nos currículos das instituições educacionais, a fim de abordar conteúdos de caráter social que devem ser trabalhos independentemente dos conteúdos programados, havendo assim a transversalidade. A orientação sexual imposta pelos Parâmetros Curriculares Nacionais deve ser abordada nas escolas de modo que proporcione a ampliação do conhecimento dos alunos/as, sendo papel da instituição de ensino abordar de forma ampla questões que contemplem diferentes pontos de vistas, valores e crenças para incitar os alunos à reflexão. A Orientação Sexual assume um papel importante na realização de ações

educacionais em saúde para a promoção da saúde sexual de adolescentes e jovens, uma vez que, essas abordagens são feitas de forma mais eficaz (BRASIL, 1997).

2.3. Das práticas docentes voltadas a saúde sexual e reprodutiva

Foi aplicado um questionário com seis perguntas abertas que abordam sobre a temática Saúde Sexual e Reprodutiva, para dois professores de Biologia do Ensino médio do Centro de Ensino Colares Moreira, no município de Codó, MA, Brasil. Para uma melhor análise e produção de dados, vimos à necessidade dividirmos em três tópicos, sendo eles: Interação aluno-professor, abordagens didáticas e dúvidas/curiosidades de discentes.

Para o tópico interação aluno-professor, os professores de Biologia relataram que quando esse tema é abordado em sala de aula eleva o interesse e atenção dos/as alunos/as, inclusive a desinibição de alguns/algumas que mostram-se mais participativos/as que habitualmente. Porém, muitos apresentam uma certa resistência em participar das aulas acerca dessa temática, que é expressada muitas vezes por receio, timidez, vergonha. Segundo os/as docentes interlocutores da pesquisa, falta o auxílio da família, no que se refere essa temática, fruto de uma educação familiar possivelmente conservadora ou negligente, o que pode, na visão de tais partícipes, ser a causa de iniciação sexual desprotegida e sem os cuidados necessários. Sobre essa questão pelo menos um/a docente utilizou o termo “iniciação sexual inadequada” o que pode estar associado a ideia da prática sexual “precoce”, em decorrência da idade, ou até mesmo a não utilização de métodos contraceptivos para evitar uma gravidez indesejada ou DST/AIDS.

No campo da saúde sexual e reprodutiva é por demais profícua a interação aluno-professor, a fim de desmitificar alguns tabus acerca da sexualidade humana historicamente sedimentados, fazendo com que os educandos se sintam confortáveis em participar ativamente das aulas que contemplem essa temática. Conforme Camargos (2016, p. 25) para uma boa interação aluno-professor, “o professor deve cumprir sua função de fornecer aos alunos/as novos conhecimentos, proporcionando um embasamento para que se sintam instigados a procurarem apoio quando necessário.” A autora em tela ainda cita que:

O trabalho dos educadores nesse processo deve ser de compreensão, estabelecendo confiança com os discentes. As informações devem ser

diretas e esclarecedoras, informando e debatendo os temas que envolvam a sexualidade e os diferentes pontos de vista, deixando à margem a opinião pessoal do professor para abrir as dúvidas dos alunos. A formação específica para abordar a sexualidade é de suma importância, pois há uma grande dificuldade na forma como se tratar da temática, devendo sempre estar se atualizando e dando segurança ao se expressar. Ao passar confiança aos alunos, os professores devem sempre estar disponíveis para tratar do assunto, criando melhores condições para se prevenirem de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada [...] (CAMARGOS, 2016, p. 26-27).

O segundo tópico do questionário indagou sobre o que impressões/opiniões acerca da abordagem dos livros didáticos atinentes a saúde sexual e reprodutiva. Sobre esta última, os professores, de forma geral, responderam que os livros didáticos trazem essas questões de forma sintetizada e sistemática, estes, em geral apresentam algumas gravuras (genitália, órgãos do aparelho reprodutor etc.) e ainda contem questões cotidianas para reflexão de forma superficial. Em relação às abordagens sobre saúde sexual para prevenção de doenças, os professores ressaltaram a importância de conscientizar os/as alunos/as dos riscos de terem relações sexuais sem os devidos métodos preventivos, e que a melhor forma para a promoção da saúde sexual é a utilização de preservativos (camisinha), e que, em geral, os livros didáticos não aprofundam as discussões. Picorari *et al.*, (2005, p.2) ressaltam que:

O acesso ao conhecimento e a ampliação da informação sobre temas relacionados à sexualidade e saúde reprodutiva, oferece benefícios para o aluno e para a comunidade em que ele está inserido. O aluno é transformado em agente multiplicador da informação recebida no contexto escolar, levando e ampliando o conhecimento para pessoas do seu convívio que não tenham acesso à informação, com isso modificando o comportamento das pessoas com a qual se relaciona.

Como podemos observar, a escola tem um grande desafio frente a promoção da saúde de adolescentes e jovens estudantes, em específico nos esclarecimentos pertinentes as DST/AIDS, enfermidades, que, como iremos demonstrar mais a frente, no capítulo que trataremos sobre os aspectos epidemiológicos, ainda representam um grave problema de saúde pública, em parte, em decorrência de informações insuficientes/inadequadas sobre o fenômeno.

Por fim, ao relatarem sobre as dúvidas e curiosidades dos/as discentes, os professores relataram que estes, em sua maioria, se apresentam participativos, realizando muitas indagações acerca do tema, todavia ainda há uma parcela que

demonstra indiferença, timidez ou desinteresse. Um/a dos docentes listou algumas perguntas realizadas comumente pelos/as discentes:

1. *Professor pegamos AIDS se tocar em uma pessoa com o vírus?*
2. *Professor porque transar sem camisinha pode pegar DST?*
3. *Professor transar sem camisinha e depois ejacular fora não engravida?*
4. *Professor sexo oral corre risco de contrair uma DST?*

Outro/a docente citou os assuntos mais abordados por seus/suas discentes que são: “*gravidez, menstruação, aborto, métodos contraceptivos*”. Dessa maneira, podemos perceber que as dúvidas mais frequentes dos/as alunos/as são relacionadas às DST/AIDS formas de prevenção e também sobre contracepção. Fernandes *et al.* (2016, p.2) ressalva que a sala de aula “é o local de exercitar indagações que norteiam a construção da cidadania, envolvendo múltiplos aspectos de diferentes dimensões da vida social e cultural dos alunos.” Tais autores, ainda observam que,

Em pleno século XXI é comum deparar-se com dúvidas dos mais diversos graus acerca dos temas envoltos na Educação Sexual. As mudanças físicas, químicas e psicológicas que acontecem no corpo humano, originam uma busca rumo ao contentamento e o prazer através da prática sexual, ou seja, do sexo. Por se tratarem de adolescente em todo o vigor da puberdade, sempre estão repletos de questionamentos, onde inúmeras vezes não tem o apoio familiar, incumbindo a escola o papel de esclarecer tais dúvidas (FERNANDES, *et al.*, 2016, p.3).

Através de alguns relatos feitos pelos docentes acerca das indagações mais frequentes, é perceptível as preocupações dos discentes frente às Doenças sexualmente Transmissíveis e gravidez não planejada, fazendo com que busquem informações sobre métodos eficazes de preveni-las e informações sobre via de transmissão das DST/AIDS, mostrando assim, a falta de conhecimento nesse campo.

Instigar questionamentos e fomentar a desconstrução de tabus e preconceitos é papel fundamental da escola, tais questionamentos acerca da saúde sexual e reprodutiva relatados pelos professores, além de sanar dúvidas e curiosidades acerca dessa temática e assim promover a utilização métodos e meios preventivos para uma vida saudável e segura, pode ainda ensinar a fortalecimento da confiança e respeito mútuo entre professores e educandos, aspecto de extrema relevância para abordagens de temas dessa natureza.

2.4. Análise dos Livros didáticos de Biologia

Realizamos análises de dois livros didáticos de Biologia de duas edições diferentes utilizadas pelos professores/as e alunos/as do Centro de Ensino Colares Moreira. O objetivo era conhecer as abordagens sobre saúde sexual e reprodutiva em tais materiais.

O primeiro livro analisado é de autoria de Vivian L. Mendonça, licenciada em Ciências Biológicas, mestra em Ciências (USP) e professora da rede privada do estado de São Paulo. O livro é intitulado: *Biologia: o ser humano, genética e evolução* - 2ª edição (2013), o mesmo pertence à coleção Biologia da editora AJS, destinando-se ao 3º do Ensino Médio. Este livro foi utilizado no triênio 2015-2017, encontrando-se, pois, em desuso pela atualização dos livros didáticos pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)⁴. Abaixo segue o primeiro livro analisado:

Imagem 1 – Capa do 1º Livro Didático de Biologia analisado



FONTE: MENDONÇA (2015).

⁴ PNLD – Programa Nacional do Livro Didático, esse programa é responsável por avaliar e disponibilizar obras literárias para as instituições de ensino no Brasil (BRASIL, 2018).

Nesta editora as abordagens sobre saúde sexual e reprodutiva eram realizadas no 3º ano do ensino médio, com alunos/as da faixa etária dos 16 aos 18 anos. Tal publicação possui um capítulo com 10 páginas que aborda questões sobre a reprodução humana (gravidez, parto), sistema genital masculino e feminino, anatomia e morfologia dos órgãos que compõem esses sistemas a partir de esquemas ilustrativos, DST e métodos contraceptivos.

A seguir algumas imagens do conteúdo do livro didático de Biologia acerca da temática saúde sexual e reprodutiva.

Imagem 2 - Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST

3.4. Doenças sexualmente transmissíveis

Existem vírus, bactérias, protozoários e fungos causadores de doenças que são transmitidos pelo ato sexual, caracterizando as doenças sexualmente transmissíveis (DST).

Algumas doenças podem apresentar também outras formas de transmissão. No caso da candidíase, causada pelo fungo do gênero *Candida*, alguns especialistas afirmam que a doença não é transmitida sexualmente, porém o agente causador se beneficia da alteração no pH vaginal normalmente observada após uma relação sexual, especialmente se houver ejaculação. A mulher com a infecção secreta um corrimento vaginal, muitas vezes acompanhado de irritação local; no homem, a infecção é passageira e assintomática. Muitos médicos têm por isso classificado a candidíase como uma doença relacionada ao sexo.

O uso de camisinha (tanto masculina quanto feminina) é o método mais eficaz de prevenção de DST. A camisinha também impede que os espermatozoides cheguem ao útero, sendo um método anticoncepcional (analisaremos esse assunto mais adiante).



FONTE: MENDONÇA (2015).

Nesse livro, como mostra na **figura 02**, a autora destaca os agentes causadores das Doenças Sexualmente Transmissíveis, além de mostrar que essas doenças possuem outras vias de transmissão. A autora ressalta a importância do uso da camisinha como forma de prevenção contra as DST, sendo o método mais eficaz de proteção dupla. É apresentado também, um quadro com as principais e mais comuns DST, colocando o nome científico da doença, seu agente causador, principais sintomas e o tratamento (sempre sob prescrição médica). Vejamos o quadro a seguir:

Imagem 3 - Quadro das Principais Doenças Sexualmente Transmissíveis

Doença	Agente causador	Principais sintomas	Tratamento (sempre sob orientação médica)
Condiloma acuminado	Papilomavírus humano (HPV)	Verrugas indolores nas regiões genital e anal. No homem, as verrugas no pênis são conhecidas como "cristas-de-galo". Nas mulheres, a presença de alguns tipos de HPV pode estar associada ao desenvolvimento de câncer de colo de útero.	As verrugas podem ser eliminadas com medicamentos aplicados por um médico. Podem desaparecer naturalmente, mas existe a possibilidade de reaparecer depois.
Gonorreia	Bactéria <i>Neisseria gonorrhoeae</i>	Ardor na uretra, seguido de secreção purulenta.	Antibióticos.
Hepatite C	Vírus da hepatite C (HCV)	Destruição das células do fígado. Também pode ser adquirida por sangue contaminado, por meio de seringas ou transfusões.	Medicamentos que aliviam os sintomas.
Herpes genital	Vírus <i>Herpes simplex</i> tipo II	Feridas nas regiões genital e anal, geralmente acompanhadas de coceiras, dor e dificuldade de urinar.	Medicamentos que aliviam os sintomas.
Linfogranuloma venéreo	Bactéria <i>Chlamydia trachomatis</i>	Formação de vesículas na genitália externa, que se desenvolvem formando pequenas úlceras.	Antibióticos.
Sífilis	Bactéria <i>Treponema pallidum</i>	Primeiro sintoma: ferida na genitália externa chamada cancro duro. Ele desaparece naturalmente, mas se a doença não for tratada surgem lesões mais graves e distúrbios em diversos órgãos do corpo, anos mais tarde. Pode ser transmitida de mãe para filho durante a gestação.	Antibióticos.
Síndrome da imunodeficiência adquirida (aids)	Vírus da imunodeficiência humana (HIV)	Baixa imunidade, levando ao aparecimento de doenças oportunistas, como tuberculose, mononucleose, pneumonia, entre outras. Pode ser transmitida por sangue contaminado ou da mãe para o feto, durante a gestação ou amamentação.	Coquetel de medicamentos tem se mostrado eficaz no controle da imunidade. É realizado o tratamento das infecções oportunistas.
Tricomoníase	Protozoário <i>Trichomonas vaginalis</i>	Corrimento vaginal característico e ardência na mulher; no homem, corrimento pela uretra.	Medicamentos que destroem o agente causador.

FONTE: MENDONÇA (2015).

As informações colocadas no quadro são imprescindível para que os alunos/as tenham conhecimento sobre as principais Doenças Sexualmente Transmissíveis e, sobretudo os principais sintomas que as mesmas apresentam. Muitos adolescentes e jovens desconhecem essas doenças que na maioria das vezes como reporta a autora são assintomáticas. Portanto, abordar sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis vem como forma de promover a saúde, podendo até contribuir para que os alunos/as que estão acometidos por essas patologias façam um “diagnóstico” prévio, ajudando assim, a procurarem o tratamento adequado.

No livro é abordado a importância da contraceção e o planejamento familiar, uma vez que os filhos exigem muita responsabilidade. Mostrando os métodos anticoncepcionais reversíveis e os irreversíveis para prevenir a gravidez, como veremos a seguir:

Imagem 4 - Métodos Anticoncepcionais

3.5. Métodos anticoncepcionais

Esquema ilustrando o resultado da laqueadura tubária. Nesse procedimento cirúrgico, as tubas uterinas são seccionadas ou amarradas, de forma a impedir o encontro do ovócito II com os espermatozoides. Não há alterações no ciclo menstrual devidas ao procedimento.

Laqueadura tubária

tuba uterina corte

ovário útero

Esquema ilustrando o resultado da deferentectomia, que interrompe cirurgicamente os ductos deferentes, impedindo que os espermatozoides sejam conduzidos até a uretra. O procedimento não altera a produção de espermatozoides e testosterona pelos testículos, nem a capacidade de ereção do pênis. A ejaculação também ocorre normalmente, porém o sêmen não conterá espermatozoides.

Feedback negativo.

Deferentectomia ou vasectomia

pênis corte

ducto deferente testículo

PENSE E RESPONDA

Como se chama o mecanismo que explica a inibição da secreção de FSH e LH pela adenoipófise pela administração da pílula anticoncepcional? Explique em seu caderno.

Cartela de pílulas anticoncepcionais.

A **contraceção** é a prevenção da gravidez. Ter filhos exige responsabilidade e o ideal é que seja feito planejamento familiar. Os métodos anticoncepcionais auxiliam a mulher ou um casal a evitar a gravidez em momentos indesejados. Alguns métodos são reversíveis e outros são irreversíveis, isto é, interrompem de maneira definitiva a capacidade reprodutora do indivíduo.

São métodos irreversíveis a laqueadura (ligadura) tubária e a deferentectomia (vasectomia). Observe as figuras ao lado.

Apesar de serem considerados métodos irreversíveis, existem procedimentos cirúrgicos para a reversão da laqueadura tubária e da deferentectomia, sendo este último caso o que tem apresentado maior índice de resultados positivos. No entanto, em muitos casos a reversão não é feita com sucesso.

A seguir, veremos algumas informações sobre os métodos anticoncepcionais reversíveis mais eficazes. É importante frisar que nenhum desses métodos é totalmente infalível, apesar das taxas de eficiência serem elevadas se aplicados corretamente. A decisão sobre qual método adotar deve ser feita com orientação médica.

> **Pílulas anticoncepcionais** – apresentam em sua formulação hormônios sintéticos análogos ao estrógeno e progesterona. Ao tomar as pílulas corretamente, a concentração desses hormônios no sangue torna-se alta, o que inibe a secreção de FSH e LH pela adenoipófise. Assim, sem as variações hormonais típicas do ciclo menstrual, não há desenvolvimento do folículo ovariano e ovulação. Atualmente, existem também hormônios injetáveis, anéis gelatinosos introduzidos na vagina que liberam os hormônios gradativamente ao longo do mês e implantes colocados sob a pele, com efeito de longa duração. Os métodos anticoncepcionais hormonais são os mais eficazes dentre os métodos reversíveis, porém devem ser adotados apenas com acompanhamento médico.

OD
ADRENALINA
TESTOSTERONA
GLUCOCÓRTICO
INSULINA

Imagem 5 - Métodos Anticoncepcionais



FONTE: MENDONÇA (2015).

Como mostramos nas imagens do livro nas **figuras 04 e 05**, temos os métodos contraceptivos mais comuns, onde a autora explica o procedimento e constituição de cada método. Apresentando os métodos irreversíveis (laqueadura tubária e vasectomia) e os reversíveis (pílula anticoncepcional, diafragma, DIU e a camisinha ou preservativo). Apesar do livro contemplar tais métodos, alguns não indicam a forma de uso que é um fator muito importante para prevenir de forma eficiente a

gravidez. Um exemplo é a camisinha feminina que é apresentada pela autora, porém não possui a forma de como manuseá-la, sendo importante a promoção do uso do mesmo pela população feminina, uma vez que é um método pouco conhecido e utilizado pelas mulheres. Esse fator pode estar relacionando a desinformação sobre o uso do preservativo e por terem uniões estáveis e confiar no parceiro. A utilização do preservativo é indispensável para a prevenção das DST/AIDS e gravidez, sendo importante a recomendação e ampliação do seu uso.

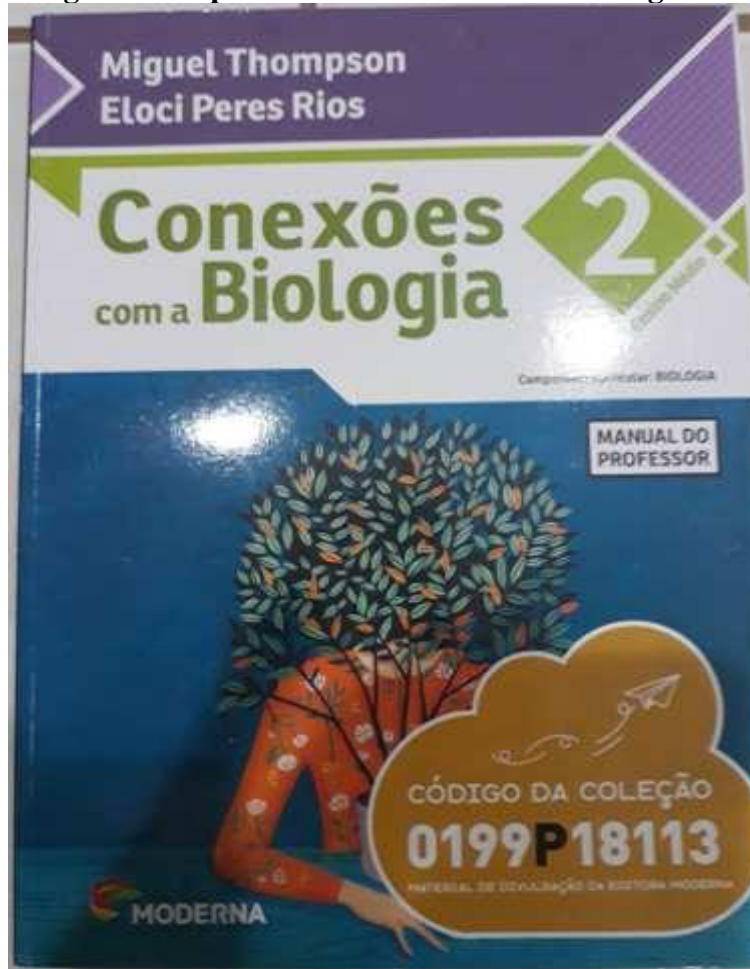
Consideramos as questões sobre saúde sexual e reprodutiva pertinentes, visto que apresentam aspectos acerca da reprodução humana, bem como os métodos de contracepção. Este livro contém ainda questões acerca da saúde sexual dando ênfase aos riscos de contrair DST/AIDS em caso de relações sexuais desprotegidas. Apesar dos professores de Biologia da instituição relatarem que os livros utilizados são sintéticos em relação a esta temática, foi possível notar através da análise realizada deste livro didático que as abordagens sobre saúde sexual e reprodutiva, são colocadas de forma mais abrangente e aprofundada, com conteúdos pertinentes sobre a saúde sexual e reprodutiva.

Entretanto, é importante salientar que as abordagens são feitas de forma tardia, uma vez que, os alunos do 3º ano do ensino médio já possuem uma faixa etária mais elevada, que em sua grande maioria já iniciaram a vida sexual⁵. Nesse contexto, é mais viável que esses assuntos sejam abordados também em séries anteriores a fim de promover ações educativas mais eficientes no campo da saúde sexual e reprodutiva.

O Segundo livro analisado é de autoria de Miguel Thompson Bacharel e licenciado em Ciências, mestre e doutor em Ciências e Eloci Peres Rios bacharel em Ciências Biológicas, mestra e doutora em Ciências, ambos professores. O livro é da Coleção Conexões com Biologia – 2ª edição (2016), pertencente à editora Moderna destinada ao 2º ano do Ensino Médio.

⁵ Dados da Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar – PeNSE, relatam que 28,7% dos estudantes do ensino fundamental das escolas públicas do Brasil já iniciaram a atividade sexual entre a faixa dos 13-19 anos (BRASIL, 2015).

Imagem 6 - Capa do 2º Livro Didático de Biologia analisado



FONTE: THOMPSON, M.; RIOS, E.P.(2018).

A nova editora dos livros de Biologia trata das questões de saúde sexual e reprodutiva em uma unidade dividida em três temas relacionados em 10 páginas, sendo eles: Sistema Genital (Masculino e Feminino); Ciclo Ovariano mensal e fecundação, Gravidez e Parto. No livro eles fazem uma pequena abordagem sobre a gravidez na adolescência, ressaltando os riscos que uma gravidez indesejada⁶essa faixa etária e o que pode ocasionar a vida social de adolescentes e jovens, e abordam sistematicamente sobre o aborto ressaltando os riscos que podem causar na saúde reprodutiva e psicológica da mulher.

É de grande relevância dá ênfase às abordagens sobre o aborto, uma vez que, é um assunto muito polêmico que vem sendo discutido atualmente na sociedade pela sua criminalização. No Supremo Tribunal de Justiça está sendo julgada a *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental*, de número 442. Essa arguição realizada pelo Partido Socialismo e Liberdade – PSOL tem como objetos de arguição

⁶ Gravidez indesejada – Quando ocorre sem planejamento ou desejo do casal, de forma ocasional (BRASIL, 2018).

os artigos 124 e 126 do Código Penal do Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940, que institui o aborto como crime.

Art. 124 - Provocar aborto em si mesmo ou consentir que outrem lho provoque:

Pena - detenção, de um a três anos.

Aborto provocado por terceiros

Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência (BRASIL, 1940).

A *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental* nº442, pede a descriminalização do aborto com a interrupção da gravidez até a 12ª semana de gestação. O arguente da causa, o PSOL, ressalta que a criminalização do aborto realizado pela gestante ou com seu consentimento, vai contra até mesmo alguns direitos instituídos pela constituição, comprometendo a dignidade de pessoa humana e o exercício da cidadania (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2017).

É notório que no primeiro livro analisado o assunto é abordado de forma mais ampliada, com sugestões e curiosidades para serem trabalhadas, reflexões relevantes e necessárias, sobretudo em se tratando de um tema tão diversificado e cheios de tabus que é a sexualidade humana. Já no segundo livro didático é possível observar que se restringiu aos aspectos biológicos, ou seja, à saúde reprodutiva apresentando informações insuficientes sobre os métodos de contracepção para evitar uma gravidez precoce⁷ e métodos eficazes para prevenção das DST/AIDS que é um fator de risco que mais acomete jovens no mundo, principalmente pela falta de informações. Nessa perspectiva, os adolescentes e jovens deveriam ter mais acesso a assuntos relacionados à saúde sexual na sala de aula, sendo um veículo de grande importância para debater esses determinados assuntos que, sem dúvidas, são essenciais para que os/as alunos/as tenha uma boa qualidade de vida, sobretudo a promoção da saúde dos mesmos.

O livro didático é um instrumento pedagógico muito importante e utilizado pelos professores no processo de ensino-aprendizagem, auxiliando e organizando os

⁷ Gravidez precoce – Segundo a Organização Mundial da Saúde a gravidez é considerada precoce quando ocorre entre os 10 e os 19 anos de idade (BRASIL, 2018).

conteúdos a serem abordados, sendo um recurso que os professores utilizam para construção do conhecimento dos alunos em sala de aula. O livro didático é considerado um componente imprescindível para a aprendizagem dos alunos, trazendo um leque de informações que elevam a aquisição de conhecimento. Contudo, é importante que os professores façam a escolha dos materiais/livros que fomentem a criticidade e a reflexão, importante ainda que os docentes não se limitem apenas as informações ali fornecidas, buscando novas fontes de informações (OLIVEIRA, 2016).

3. SEXUALIDADE NA ADOLESCÊNCIA: REFLEXÕES E DEBATES

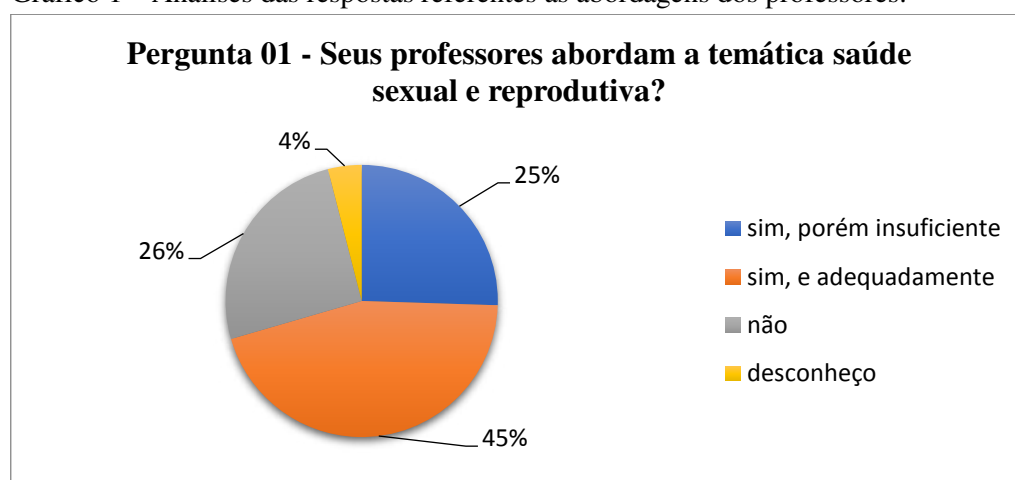
É importante ouvir as vozes dos adolescentes e jovens acerca da temática que esta pesquisa aborda, a fim de saber as suas percepções e compreender a relevância da educação sexual no processo de formação e promoção da saúde sexual e reprodutiva dos/as alunos/as na escola, os envolvendo em atividades de educação em saúde que viabilizem a adoção de métodos preventivos.

Com o interesse de observar as representações discentes e ouvi-los no que se refere as suas impressões e curiosidades sobre a saúde sexual e reprodutiva, neste capítulo estamos realizando a análise dos dados que produzimos através de um questionário aplicado com 200 discentes do ensino médio do Centro de Ensino Colares Moreira, no município de Codó – MA e, ainda, de uma intervenção didática por meio de oficina direcionada ao campo da saúde sexual e reprodutiva com o intuito de fomentar a conscientização e proporcionar a promoção da saúde de adolescentes e jovens estudantes.

São objetivos desse capítulo: Discorrer sobre representações discentes acerca das abordagens sobre DST/AIDS, gravidez na adolescência e métodos contraceptivos; Fomentar entre os educandos partícipes da intervenção didática que realizamos (oficina) reflexões acerca das DSTs/AIDS, gravidez na adolescência e métodos de contracepção, em uma perspectiva preventiva.

A seguir apresentaremos a comunicação dos resultados obtidos desta pesquisa atinentes aos objetivos supracitados, onde a partir do diálogo com autores realizamos a análise e discussão dos dados produzidos.

Gráfico 1 – Análises das respostas referentes às abordagens dos professores.



A partir dos dados apresentados no gráfico acima é possível observar que quase a metade dos discentes entrevistados, ou seja, 45% destes declararam que os

professores/as abordam a temática saúde sexual e reprodutiva de forma adequada, já 26% dos discentes responderam que os professores/as não realizavam tais abordagens, 25% afirmaram que os professores/as discutem sobre a temática em sala de aula, porém de forma insuficiente e 4% dos discentes relataram que desconhecem a abordagem de docentes sobre essa temática.

Apesar da maioria dos sujeitos declararem que os professores abordam de forma adequada questões voltadas a saúde sexual e reprodutiva ainda existem muitas limitações para a realização de abordagens significativas no âmbito escolar pelos professores, isso deve, em parte, pelos tabus que permeiam esse tema.

Segundo Nascimento *et al.* (2017), para que o professor possa trabalhar de forma significativa a Educação Sexual em sala de aula é imprescindível que, além de possuir conhecimento amplo da temática em questão, ele deve saber distinguir alguns fatores, sobretudo no que diz respeito a sua cultura ou religião para que essa temática não seja envolvida com suas crenças, pois podem intervir no processo de ensino ocasionado limitações na transmissão dos saberes científicos. Os professores no campo da Educação sexual são importantes mediadores de informações sobre métodos seguros de prevenção, para auxiliar os seus educandos a terem uma vida sexual saudável e segura no campo das DST/AIDS e a prevenção da gravidez na adolescência, sendo neste momento que o professor age de forma crucial em um repasse de trocas de conhecimentos em sala de aula.

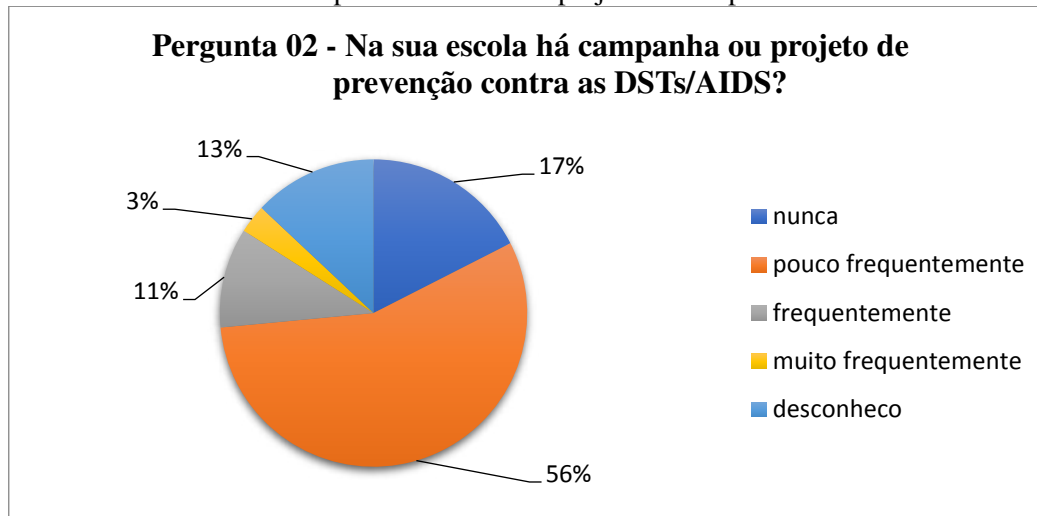
Corroboram ainda com essa linha de interpretação, Moizés e Bueno (2008, p.207) afirmam que:

O professor não precisa ser um especialista em Educação sexual, mas apenas um profissional devidamente informado sobre a sexualidade humana que reflita sobre ela sendo capaz de criar contextos pedagógicos adequados e selecionar estratégias de informação, de reflexão e de debate de ideias, reciclar-se e atualizar seus conhecimentos de forma a ensinar a pensar, tornando mediador do conhecimento. A escola é um lugar eleito para inserir, no processo educacional uma educação preventiva. Quando se fala em sexualidade, pressupõe-se falar de intimidade e relações afetivas.

É importante salientar o local privilegiado no qual os professores estão inseridos para levantarem de forma efetiva tais questões, a escola. Portanto, a escola assume um papel profícuo para a promoção da saúde dos escolares. Com isso, realizamos um questionamento sobre a percepção dos/as alunos/as atinente a atuação da escola no campo da saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes e jovens, ou seja,

sobre a existência de projetos ou campanhas que abordem as Doenças Sexualmente Transmissíveis e os métodos contraceptivos, obtivemos os seguintes resultados,

Gráfico 2 - Análises das respostas referentes a projetos e campanhas na escola.



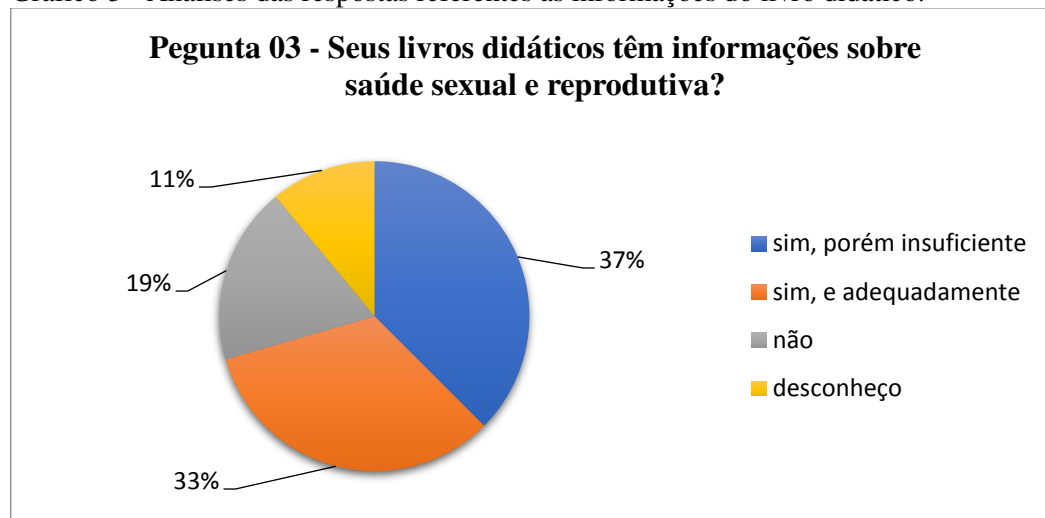
Foi possível concluir a partir dos dados esboçados no gráfico acima que, 56% dos alunos/as afirmam que na escola “pouco frequentemente” são desenvolvidas campanhas ou projetos de prevenção às DST/AIDS, 17% relataram que nunca participaram ou viram tais ações desenvolvidas na escola, 13% desconhecem a existência de ações nesse campo, 11% dos/as alunos/as declararam que são realizados frequentemente projetos ou campanhas e 3% responderam que muito frequentemente são realizados projetos ou campanhas dessa natureza.

A partir dos dados apresentados no **Gráfico 2**, é possível afirmar que, na opinião da maioria dos discentes, são escassos ou faltam programas/campanhas na escola acerca da saúde sexual e reprodutiva. Uma vez que entendemos que a escola é um ambiente “fértil” para o desenvolvimento de políticas públicas no enfrentamento às DSTs/AIDS, sem dúvida, torna-se indispensável à adoção de ações educativas que possam subsidiar a promoção da saúde e de hábitos que favoreçam qualidade de vida a todos os sujeitos envolvidos. Nessa perspectiva, Holanda *et al.*, (2010, p. 703) assevera que,

Pesquisas demonstram que a escola representa o espaço social significativo de promoção da saúde, por ser o local onde os alunos permanecem grande parte do dia. Elas apontam a escola, depois do seio familiar, como local privilegiado para o desenvolvimento de ações de informações e Educação em Saúde com o objetivo de incentivar estilos de vida saudáveis. Salienta-se a necessidade de realizar ações de Educação em Saúde neste contexto, o que permite integrar os profissionais da escola na orientação sobre fatores de risco para doenças.

Além da atuação dos professores e da escola em relação às abordagens realizamos um questionamento a respeito das informações fornecidas pelo o livro didático, já que é um instrumento muito utilizado pelos os professores em sala de aula, em especial o livro didático de Biologia onde possui mais apontamentos acerca do tema central da pesquisa realizada. Vejamos os resultados:

Gráfico 3 - Análises das respostas referentes às informações do livro didático.



A partir dos resultados do gráfico acima é possível perceber que 37% dos/as alunos/as responderam que os livros didáticos fornecem informações sobre a temática, porém de forma insuficiente, 33% dizem que os livros didáticos abordam adequadamente a temática, 19% afirmaram que os livros não possuem informações sobre saúde sexual e reprodutiva, e 11% dos interlocutores declararam não conhecerem tais assuntos expostos em seus livros didáticos. Como mostra os dados obtidos, uma parcela significativa dos/as alunos/as ainda afirmam que os livros não possuem informações sobre a temática, esse fator pode ser colaborado pelo desconhecimento e/ou o uso superficial do Livro Didático pelos/as professores/as.

Os livros didáticos são importantes instrumentos norteadores para os/as professores/as no processo pedagógico, sendo também, um instrumento facilitador e de guia aos/às alunos/as para a aprendizagem. Porém, muitas vezes abordam conteúdos de forma pouco sistemática e supérflua, principalmente conteúdos que contemplam a saúde sexual e reprodutiva, talvez, em parte, pelos preconceitos e estereótipos que enalçam esse campo, podendo ser um dos motivos pelos quais as informações sobre essa temática contida em tais livros não satisfaçam às necessidades de conhecimentos dos discentes.

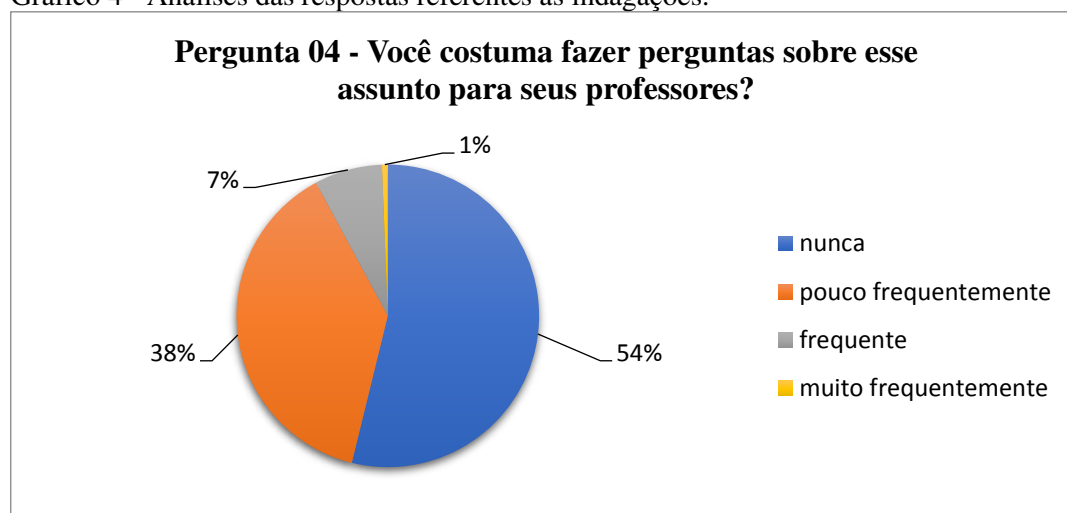
Conforme Souza e Coan (2013, p.2) “o conteúdo de sexualidade nos LDs [livros didáticos] nos tempos atuais não pode oferecer espaço para se alimentar tabus

e mitos sexuais”. Além dos limites do livro didático em relação às abusões que cercam essa temática, muitos professores ainda estão detidos a metodologias tradicionais e a conteúdos programados dos livros sem buscarem novas fontes de informações e conhecimentos acerca do campo que abrange os aspectos sexuais e reprodutivos, seguindo esse mesmo raciocínio, Carvalho *et al.* (2012, p.31) afirmam que:

Em meio a tudo isso surge um personagem indispensável no processo de ensino e aprendizagem: o livro didático. Ele serve de alicerce para o profissional professor no desenvolver de seu trabalho e faz o papel de guia para os estudantes no aprendizado dos conteúdos. Entretanto, para que seu papel seja exercido de forma exemplar, é preciso que os assuntos nele contidos tenham uma abordagem satisfatória, discutindo os principais aspectos inerentes a cada um deles e suscitando nos alunos uma reflexão crítica sobre a realidade na qual estão inseridos. No tocante à orientação sexual, essas necessidades também são essenciais, principalmente quando destinadas ao público adolescente, tão repleto de dúvidas e necessitado de orientações.

Alguns aspectos se tornam fundamentais no processo de ensino/aprendizagem, sobretudo no campo da saúde sexual e reprodutiva, visto que é uma temática que desperta muitas inquietações. Por essa razão, elaboramos um questionamento direcionado a interação aluno-professor com a finalidade de saber como os mesmos se relacionam com as abordagens sobre saúde sexual e reprodutiva e a frequência que indagavam os/as professores/as sobre a temática. Vejamos os dados obtidos no gráfico 4.

Gráfico 4 - Análises das respostas referentes às indagações.



Um percentual bem significativo com 54% dos interlocutores declararam que nunca realizaram perguntas sobre o assunto para seus professores, 38% afirmaram

realizar, porém pouco frequentemente, 7% relataram fazer perguntas com frequência em sala de aula sobre o conteúdo e apenas 1% de todos os sujeitos afirmaram realizar perguntas com muita frequência.

A timidez, vergonha, preconceito e resistência de falar ou indagar assuntos voltados à sexualidade⁸ pela a maioria dos/as alunos/as, ou até por medo das reações dos colegas podem ser uns dos principais fatores para que os/as alunos/as não indaguem seus professores/as com muita frequência, principalmente assuntos relacionados a saúde sexual e reprodutiva na escola.

A partir da análise do gráfico é perceptível à falta de interação dos/as alunos/as sobre o assunto em questão. Muitos adolescentes e jovens ficam intimidados quando os professores abordam essa temática em sala de aula, fator que é contribuído por padrões socioculturais construídos ao longo dos anos e perpetuado em geração para geração, onde falar de sexo⁹ e assuntos relacionados é motivo de vergonha. Neste aspecto, Almeida *et al.* (2006, p.53) afirma que:

[...] as pessoas não conseguem ver a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, algo natural e instintivo. Parece que falar de sexo sempre foi ligado sacanagem, ao sujo, ao mau. Ao contrário do que muitos associam a sexualidade não tem papel exclusivamente ligado à reprodução, de intenção erótica. Esta tem, sobretudo a função relacional.

Duas perguntas foram voltadas ao diálogo pais/mães e filhos/as acerca das DST e métodos contraceptivos, foram elas: “Seus pais falam sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis?” e “Seus pais falam sobre métodos de contracepção?”. Para a primeira pergunta 59% afirmaram que seus pais falam sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis e 41% declaram que seus pais não realizam tais abordagens. Para a segunda pergunta 53% dos discentes relataram que seus pais não falam sobre os métodos contraceptivos e 47 % disseram que sim.

Através dos dados obtidos com os questionamentos é notório que ainda existem muitas limitações no diálogo entre pais/mães e filhos/as acerca das DST e métodos contraceptivos, corroborando para desinformação, e conseqüentemente a vulnerabilidade dos adolescentes. A falta e o pouco diálogo podem estar na maioria

⁸ A sexualidade é fundamental em todas as etapas da vida dos indivíduos, envolvendo práticas e desejos relacionados à satisfação, à afetividade, ao prazer, aos sentimentos, ao exercício da liberdade e à saúde (BRASIL, 2007).

⁹ O sexo proporciona intimidade física (ato sexual) entre dois indivíduos na busca de prazer e para a reprodução, estando ligado as questões emocionais (BRASIL, 2007).

das vezes associados ao constrangimento de falar com seus filhos/as sobre questões pautadas na sexualidade. Para Gonçalves, Faleiro e Malafaia (2013, p.257) “pondera-se, contudo, que a sexualidade sempre foi um tema delicado, imerso de tabus, resistências e preconceitos, e nem todos os pais tiveram acesso a essas informações ao longo da sua vida em função da não educação que tiveram na juventude”. Almeida *et al.*, (2006, p.53) registra que,

As questões relativas à sexualidade ainda provocam tremores, já que estamos tratando de um diálogo entre diferentes gerações, e os pais nem sempre compreendem que seus valores e ideias não vão mais de encontro às necessidades de seus filhos. É certo que a preocupação da maioria dos pais é proteger os filhos de uma vida sexual frustrante. E muitos talvez o façam por experiência própria, só que à carga de tabus e preconceitos que eles carregam, criam determinadas imposições que acabam com o diálogo, e prejudicam cada vez mais a relação entre pais e filhos.

Uma pergunta foi voltada ao interesse dos/as alunos/as em receberem informações sobre saúde sexual e reprodutiva, o questionamento foi: “Você gostaria de receber mais informações sobre a saúde sexual e reprodutiva?” Para essa pergunta, um percentual significativo com 98%, ou seja, quase todos os discentes responderam que gostariam de receber mais informações acerca da temática abordada, e apenas 2% dos discentes responderam que não gostariam de receber informações sobre esse tema. Essa pequena parcela de alunos que declaram não quererem receber informações pode está associada às limitações ocasionados pelos tabus e preconceitos que encaixam a sexualidade.

A partir dos dados obtidos e apresentados é importante observar que os assuntos voltados à sexualidade despertam a curiosidade e interesse dos alunos/as. Esse interesse e curiosidade podem ser incitados pela a iniciação sexual precoce dos adolescentes, que muitas vezes desconhecem métodos seguros de prevenção contras às DST/AIDS e gravidez.

O início das atividades sexuais, a suscetibilidade as DST/AIDS e com os elevados casos de gravidez na adolescência, os adolescentes precisam ser estimulados a participarem de projetos que proporcionem assistência adequada acerca da saúde sexual e reprodutiva, já que é um grupo etário que necessita de informações para a promoção de hábitos sexuais mais saudáveis (GONDIM *et al.*, 2015).

3.1. Abordando a Sexualidade na Escola: Uma proposta de intervenção

É importante valorizar o diálogo com os adolescentes e jovens acerca da saúde sexual e reprodutiva a fim de fornecer informações e enriquecer os conhecimentos dos mesmos sobre a temática, temática essa que é imprescindível ser abordada com esse público etário em especial para a promoção da saúde através de ações educacionais. As práticas sexuais desprotegidas, ocasionados pela desinformação podem os tornar os/as adolescentes vulneráveis às DST/AIDS e à gravidez não planejada. Com isso, a implementação e intervenções didáticas nesse campo proporcionam grandes avanços, principalmente relacionados à desconstrução de preconceitos e tabus que ainda permeiam a sexualidade humana, contribuindo para que os adolescentes se sintam confortáveis para abordar tais temas e possam adquirir hábitos sexuais mais saudáveis e qualidade de vida.

Além de abrir espaços para o diálogo é importante ouvir as vozes dos sujeitos envolvidos, com o intuito de saber suas impressões, percepções e conhecimentos em relação à temática da pesquisa, abrindo espaços para discussões e compartilhamento de experiências.

A intervenção didática (Oficina) foi aplicada no Centro de Ensino Colares Moreira da rede pública estadual do município de Codó, MA, Brasil, com alunos do 3º ano do Ensino Médio, a mesma teve como base para sua realização uma Cartilha elaborada pelo Ministério da Educação em parceria com Ministério da Saúde¹⁰, com o intuito de integralizar a promoção da saúde e prevenção nas escolas com fascículos que abrangem o campo da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens. A cartilha utilizada tem como fascículo principal a Prevenção das DST, HIV e AIDS (Adolescentes e Jovens Para a Educação entre Pares). Essa cartilha foi desenvolvida com o intuito de contribuir para ações em prol da população adolescente e jovem em formação social, com objetivo de proporcionar debates e discussões nas escolas acerca de temas que são importantes serem discutidos na sociedade e principalmente no âmbito educacional, que muitas vezes são estereotipados e limitados por questões socioculturais. A promoção da saúde sexual e reprodutiva dos jovens vem ganhando um espaço significativo na sociedade, sobretudo com o desenvolvimento de programas que estão intensificando o diálogo sobre a saúde sexual e reprodutiva a

¹⁰ O Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) é uma das ações do Programa Saúde na Escola (PSE), tendo como finalidade colaborar para a formação integral de adolescentes e jovens estudantes da rede pública do país, através de ações em educação em saúde que promovam a prevenção da saúde sexual e reprodutiva nas escolas (MEC, 2018).

fim de amenizar os casos de DST/AIDS na adolescência, fortalecendo os direitos sexuais e reprodutivos da população.

Para o desenvolvimento da intervenção didática, realizamos uma dinâmica inicial e duas oficinas sobre a temática Saúde Sexual e Reprodutiva. Na dinâmica abordamos a sexualidade, enfatizando sua importância para as relações interpessoais, posteriormente as duas oficinas didáticas: Vulnerável, eu? E Negociando o uso da Camisinha, além de dá ênfase aos métodos contraceptivos.

A primeira atividade foi à dinâmica da sexualidade “Gatinho Manhoso”, onde os alunos foram postos em pares para o seu desenvolvimento. Um tinha o papel de ser o “dono” e o outro “gatinho” a missão era que o gatinho fizesse carinho no seu dono para recebê-lo de volta. O objetivo dessa dinâmica era mostrar que a sexualidade vai além do ato sexual, que ela estar relacionada à afetividade, atração e sentimentos dos indivíduos. A dinâmica proporcionou à interação e diálogos entre os sujeitos e abriu espaços para as discussões e debates sobre esse tema na sala de aula de forma coletiva e participativa. Com isso, os jovens se sentiram mais ativos e reflexivos acerca de sua sexualidade, podendo assim, vivê-la da melhor maneira possível e conseqüentemente desconstruir os tabus. Camargo *et al.*, (2009, p.938) afirmam:

[...] torna-se necessário conhecer melhor o que os adolescentes pensam, sua realidade, mitos e tabus com respeito a sua sexualidade para que se possa abordá-la de modo a contribuir para o seu crescimento e desenvolvimento sexual saudável.

Com a dinâmica realizada foi possível perceber que os alunos inicialmente mostraram-se intimidados, e que no primeiro momento associavam a sexualidade apenas ao ato sexual, e demonstraram também ser permeado de preconceitos e tabus socialmente. Porém, com a realização da atividade e a reflexão utilizada notou-se que eles se sentiram a vontade para abordar a temática de forma significativa. Rodrigues e Wechsler (2014, p.90) citam que:

A sexualidade se faz presente em todo o desenvolvimento físico e psicológico dos indivíduos, manifestando-se desde o seu nascimento até o momento da sua morte. Assim sendo, a sexualidade vai além do ato sexual em si, pois se encontra marcada pela história, cultura e ciência, igualmente como os afetos e sentimentos de cada sujeito. Por se tratar de um tema de grande importância na vida dos indivíduos, constata-se que este assunto é pouco estudado, principalmente no que diz a respeito às práticas educativas voltadas para sexualidade de

crianças no ambiente escolar, pois esta é uma temática extremamente associada a preconceitos, tabus e crenças.

Imagem 7 – Alunos realizando a dinâmica “Gatinho manhoso”



Fonte: Arquivo pessoal da autora.

Após a realização da dinâmica inicial “Gatinho Manhoso”, a turma foi dividida em grupos para a realização da oficina didática sobre saúde sexual e reprodutiva, “Vulnerável, Eu?” Sugerida pela cartilha do PSE, essa dinâmica tinha como finalidade mostrar quais eram as situações de vulnerabilidade de jovens a partir de seus comportamentos.

Antes de começarmos a oficina foi discutido com os alunos sobre o que é vulnerabilidade e quais os aspectos podem os tornar vulneráveis, mostrando que ela vai além do pessoal, mas que está relacionada a questões sociais. Após a discussão foram distribuídas tiras com situações de vulnerabilidade no campo das Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS, com o objetivo de saber o conhecimento dos mesmos acerca dessa problemática. As tiras foram as seguintes: Relações sexuais com diferentes parceiros/as sem proteção; Relações sexuais em diversas posições usando camisinha; Injetar drogas compartilhando agulhas ou seringas; Ajudar uma pessoa acidentada sem o uso de luvas; Relações sexuais usando contraceptivos orais; Sair com uma pessoa que vive com o HIV e AIDS; Dançar, em uma balada, com um desconhecido; Ter relações sexuais duas vezes por mês sem usar proteção; Massagem nas costas; Masturbação a dois sem introduzir os dedos na vagina ou no ânus; Relações sexuais usando camisinha; Sexo oral com camisinha; Sexo anal sem camisinha; Nadar em piscina pública; Ir a um dentista que esteriliza seu equipamento de trabalho; Furar as orelhas ou fazer piercing sem esterilizar a agulha. No quadro foi

colocado colunas, onde na primeira tinha escrito Vulnerável, Não Vulnerável e na terceira coluna Não sei. Os alunos tiveram que colar suas tiras de situações nas colunas correspondentes, e explicaram o porquê dos riscos.

Imagem 8 - Alunos na oficina “Vulnerável, eu?”



FONTE: Arquivo pessoal da autora.

Essa oficina foi fundamental para a potencialização do diálogo entre os/as alunos/as em sala de aula, onde puderam trocar informações e criar debates sobre a temática e, sobretudo ter conhecimento sobre os comportamentos que podem levá-los a vulnerabilidade no campo das DST/AIDS. Através da oficina, foi possível saber as percepções dos alunos/as, além de responder algumas perguntas dos mesmos. Nessa perspectiva, a oficina teve como finalidade promover a saúde sexual e reprodutiva, fazendo que os jovens saibam e reflitam quais situações estão vulneráveis para adquirir medidas preventivas efetivas. Nesse sentido, concordamos com Jardim e Santos (2012, p. 38), quando os mesmos ressaltam a importância da reflexão e a potencialização dos diálogos entre adolescentes para a promoção da saúde sexual, afirmando que:

O conhecimento e a reflexão por parte dos adolescentes em relação aos riscos advindos de relações sexuais desprotegidas são fundamentais para que os mesmos possam vivenciar o sexo de maneira adequada e saudável, assegurando a prevenção da gravidez indesejada e da contaminação pelas DSTs, além de exercer um direito que possibilita cada vez mais o ser humano ao exercício da sexualidade desvinculado da procriação.

Neste sentido, ressalta-se a necessidade da construção de espaços de diálogo entre adolescentes, professores e profissionais da saúde como um importante dispositivo para construir uma resposta social com vistas à superação das relações de vulnerabilidade entre o grupo, tendo

o uso do preservativo um papel de destaque como recurso disponível, que atende à função de proteção contra gravidez indesejada e DSTs simultaneamente, sendo necessárias a informação e a conscientização do grupo por meio da educação em saúde.

A segunda oficina foi sobre a Negociação do uso da camisinha, essa oficina teve como finalidade mostrar a importância do método para o sexo seguro e prevenção das DST/AIDS. Para a realização da atividade assim como na anterior a turma foi dividida em 4 grupos, onde os mesmos receberam tiras¹¹ e foi solicitado que eles/as colocassem na ordem que achassem correta para a negociação da camisinha. As tiras foram: Negociar o uso da camisinha; Dançar; Acariciar; Tirar a roupa; Relação sexual; Ejaculação; Ir até minha casa ou a outro local apropriado; Beijar; Convidar para tomar um suco ou sorvete; Apresentar-se. Após terminarem de organizar as tiras, foi solicitado um voluntário (a) para ler o que colocou em sua lista e em que momento deveria ocorrer à negociação da camisinha e debater com os demais grupos argumentando o porquê da sequência.

Com a realização dessa atividade os discentes puderam expor suas concepções e refletir sobre a negociação do sexo seguro e sua importância para a promoção da saúde sexual, frisando que a negociação é relativa e vai depender de cada indivíduo realizá-la da forma que achar mais conveniente. No decorrer da oficina foi possível ouvir as vozes dos participantes, seus receios, impressões e dúvidas acerca da negociação do sexo seguro, onde é perceptível que muitos adolescentes não se preocupam e nem possuem habilidades em fazer essa negociação, talvez seja, em parte, por um dos parceiros recusar usar a camisinha, e/ou até por associarem o uso da camisinha somente para prevenção da gravidez, optando pela utilização de outros métodos. Na oficina alguns alunos principalmente meninas relataram a não negociação do sexo seguro por terem parceiros (as) fixos e pela confiabilidade que possuem nos mesmos, deixando de fazer o uso da camisinha. Nesse contexto, o autor Santos *et al.* (2009, p.123) ressalta que “a confiança no/a parceiro/a, principalmente por parte das mulheres, é destacada como uma das razões mais comuns para que se deixe de lado o comportamento preventivo.”

Nessa oficina também foi mostrado os preservativos feminino e masculino, forma correta de utilização e os cuidados que devem ter no manuseio. Para a demonstração foi utilizado um modelo peniano, a camisinha masculina e um aluno voluntário para a colocação do preservativo masculino, já a demonstração da

¹¹ Tiras feitas de papel contendo passos da negociação do uso da camisinha.

colocação do feminino não tivemos voluntários/as, pois os mesmos declaram não ter conhecimento sobre o método e sua promoção na sociedade. Foram apresentados também alguns métodos contraceptivos hormonais e não hormonais para a prevenção da gravidez não planejada. A partir dessa atividade os alunos/as puderam discutir sobre a utilização do preservativo e tirar algumas dúvidas acerca do uso e algumas curiosidades referentes a esse método preventivo, e além de mostrar a importância da utilização por ser o único método de prevenção dupla eficaz as DST/AIDS e gravidez.

A Saúde Sexual e Reprodutiva é imersa de tabus e preconceitos, sendo imprescindível enfatizar a importância da potencialização do diálogo para promover a saúde sexual e reprodutiva das pessoas. A falta de diálogo da família é um dos principais fatores para disseminação de tabus na sociedade, sobretudo acerca da sexualidade feminina em uma cultural patriarcal, onde as mulheres são reprimidas em viver sua liberdade sexual e apoderar-se de seus desejos. As limitações sociais impostas na vivência da sexualidade feminina faz com que muitas mulheres não tenham autoconhecimento sobre seu próprio corpo, restringindo-se muitas vezes, aos mitos sexuais. Em umas das falas dos partícipes uma aluna relata que: “*Meu parceiro não gosta de usar camisinha.*”, isso mostra a falta de autonomia das mulheres em relação ao sexo, onde o homem impõe suas vontades.

O consentimento do não uso da camisinha pelas mulheres pode muitas vezes está associado à forma como foram criadas e educadas em uma sociedade reprodutora do machismo, que por medo de serem julgadas como promiscuas pelos os parceiros acabam cedendo ao sexo desprotegido. As demais alunas relataram nunca ter tido contato com o preservativo feminino, isso mostra a falta de eficiência e expansão de políticas públicas na promoção as DST/AIDS a população feminina. Portanto, é notório que a vivência da sexualidade masculina é mais livre de tabus, autônoma e segura, uma vez que a camisinha masculina é mais conhecida e usada pela população.

Imagem 9 - Alunos/as na oficina “Negociação do uso da Camisinha”



FONTE: Arquivo pessoal da autora.

Imagem 10 - Materiais utilizados na oficina



FONTE: Arquivo pessoal da autora.

Nunes *et al.*, (2017, p.2) enfatizam a importância da promoção do uso do preservativo, em específico, os autores se reportam a um segmento populacional comumente negligenciado pelas políticas públicas, os jovens que vivem em assentamentos:

[...] é importante estudos acerca do uso do preservativo, em particular entre adolescentes e jovens de áreas de assentamento, uma vez que este é um grupo emergente com vulnerabilidade aos agravos em saúde, em especial aqueles relacionados à sexualidade humana, e ainda são escassos os estudos sobre a temática, sendo os poucos existentes voltados para indivíduos de assentamento urbano informal.

Além disso, o conhecimento da realidade que norteia esses indivíduos favorece o desenvolvimento de ações e política em saúde específica capazes de atuarem em suas necessidades, proporcionando prevenção contra as IST e gravidez não planejada, com visibilidade e equidade em relação à saúde da população jovem, em seus diversos contextos sociais.

A promoção do uso do preservativo para adolescentes e jovens vem como forma emancipadora para vivência da sexualidade com responsabilidade e segurança, uma vez que os mesmos possuem muitas inquietações sobre esse método e o manuseio correto. Portanto, a Educação Sexual vem com o intuito de promover ações preventivas e de conscientização eficazes no campo da saúde sexual e reprodutiva, minimizando os riscos oriundos de práticas sexuais sem proteção.

4. POLITICAS PÚBLICAS E A PROMOÇÃO DA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA

Neste capítulo discutimos a atuação de políticas públicas no campo das DSTs/AIDS em Codó, MA, Brasil, nesse sentido realizamos uma pesquisa de campo em Unidades Básicas de Saúde – UBS com a finalidade de conhecer como dar-se-á distribuição de preservativos nessas unidades de saúde, realizamos ainda um levantamento epidemiológico junto a Secretaria Municipal de Saúde no intuito de identificar a ocorrência (ou registro) de Doenças Sexualmente Transmissíveis. Nossas análises foram realizadas a partir de uma comparação com os dados da Pesquisa Nacional de Saúde Escolar – PeNSE¹² do ano de 2015, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE.

A Pesquisa Nacional de Saúde Escolar foi realizada em três edições 2009, 2012 e 2015, onde nas mesmas contemplavam quatro fatores de riscos, tais como: Doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), (tabagismo, sedentarismo, alimentação inadequada, consumo de álcool) e outros temas relacionados a aspectos socioeconômicos; contexto familiar; consumo de drogas; saúde sexual e reprodutiva; violência, segurança e acidentes; percepção de imagem corporal entre outros.

Segundo o IBGE (2016), com a entrada precoce na puberdade os adolescentes adotam comportamentos que colocam em risco sua saúde, sendo que tais comportamentos podem comprometer a vida adulta prejudicando e trazendo graves consequências, tornando indispensável à adoção de hábitos saudáveis para promoção da saúde. Com isso, para que se tenha uma atuação nesse campo efetiva à escola se torna um ambiente adequado e de grande influência na formação social dos alunos, tornando-se assim, um local privilegiado para acompanhar tais fatores de riscos e realizar a assistência dos escolares. Beserra *et al.*, (2008, p.32), ressalta a importância de ações em prol da educação sexual, salientando que:

A adolescência é um período marcado por vulnerabilidades em virtude de ser uma etapa da vida em que os conflitos são do âmbito social, psicológico, físico, dentre outros. A descoberta do prazer, muitas vezes, dá-se nessa época, havendo necessidade de ações de educação

¹² A PeNSE consiste em uma pesquisa realizada em parceria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE e o Ministério da Educação – MEC, com o intuito de identificar os fatores de riscos relacionados a proteção e saúde em escolas do Brasil, objetivando, pois, a criação de políticas públicas voltadas a saúde dos escolares, tendo assim, o Programa Saúde na Escola – PSE como um dos eixos de atuação preventiva.

em saúde para orientar esses adolescentes sobre os riscos para a contaminação com doenças sexualmente transmissíveis (DST).

Nesta perspectiva, o PSE – Programa Saúde na Escola tem como foco principal promover ações efetivas de prevenção e assistência à saúde de adolescentes e jovens no âmbito escolar, podendo abranger de alguma forma a saúde sexual e reprodutiva dos jovens, que nessa faixa etária é um fator de risco preocupante. As políticas públicas impostas nesse campo são voltadas para tal público na escola com a grande finalidade de promover a saúde e educação integralmente (IBGE, 2016).

Para as análises dos dados sobre o início da vida sexual e o uso de preservativo pelos adolescentes de escolas do Brasil, foi feito um levantamento através da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE do ano de 2015, esta, registra que 27,5% de estudantes brasileiros do ensino fundamental já tiveram relações sexuais alguma vez. Em relação ao percentual do sexo masculino 36,0% afirmaram já ter tido relações sexuais, e o sexo feminino do mesmo grupo escolar o percentual foi de 19,5%. Em relação às escolas, 27% dos alunos de escolas públicas relataram já ter tido relações sexuais e 15% das escolas privadas. Foi realizada uma pesquisa em relação ao uso de preservativo nas relações sexuais, dos 27,5% dos escolares entrevistados, 61,2% afirmaram ter usado o preservativo. No sexo masculino o percentual foi 56,8% e o feminino, 68,7%. E em relação aos estudantes de escolas públicas e privada não houve diferenciações dos percentuais de utilização do método (IBGE, 2016).

É perceptível através dos dados levantados pela Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE), que há a iniciação sexual precoce pelos adolescentes, tornando-os vulneráveis a contraírem DST/AIDS ou uma gravidez na adolescência não planejada, fator contribuído pela falta de informações sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis e métodos contraceptivos.

4.1. Políticas de distribuição dos preservativos masculino e feminino pelas UBS do município de Codó, MA, Brasil.

No dia 11 de Junho de 2018, visitamos três Unidades Básicas de Saúde localizadas na cidade de Codó – MA, com o intuito de observar como são as políticas de distribuição de preservativos masculino e feminino nessas unidades. Consideramos que foi possível obter informações relevantes nesse sentido, vejamos:

Na primeira unidade básica de saúde localizada na Avenida Dr. José Anselmo, no centro da cidade de Codó – MA, observamos que na recepção continha uma caixa com preservativos, sendo que os mesmos ficavam expostos e disponíveis para a população ter acesso facilitado, porém não encontramos o preservativo feminino. Perguntamos para a agente de saúde o porquê da ausência dos preservativos femininos na caixa, a mesma relatou que a demanda de distribuição diminuiu, que antes já foram disponibilizados, mas, pela falta de procura, o posto deixou de receber o produto.

No segundo posto localizado na Praça da Igreja São Francisco, Bairro São Francisco na Cidade de Codó – MA observamos que também continha uma caixa com preservativos e um informativo: “Pegue seu preservativo aqui”, assim como no posto anterior encontramos apenas preservativos masculinos, e da mesma forma eram expostos e disponíveis para o público de forma facilitada. Perguntamos o motivo de não ter a disponibilização do preservativo feminino, a técnica em enfermagem que nos recepcionou disse que não há procura pelo público feminino pelo o mesmo, e que, assim como no exemplo anterior, pela falta de demanda, a distribuição foi suspensa naquela unidade.

O terceiro posto situado na Praça Roseana Sarney, Vereda, SN na cidade de Codó – MA diferentemente dos outros dois postos visitados anteriormente não foi encontrada uma caixa com preservativos. Na recepção nos direcionaram a uma sala para falar com a responsável do setor, uma enfermeira, a mesma nos informou que há a disponibilização apenas do masculino, já que não há procura do feminino. Ela explicou que a falta de uma caixa na recepção é pelo fato das crianças pegarem e espalharem pelo posto, e que quando alguém tivesse interesse era necessário ir a sua sala que ela disponibilizaria, ela informou também que na unidade básica possui uma carteirinha para registrar e ter um controle da distribuição, compreendemos que a política de distribuição desse posto pode dificultar o acesso dos usuários aos preservativos.

Entendemos que fatores socioculturais podem gerar influências na não procura do preservativo feminino pelas mulheres (ou mesmo pelos homens). Historicamente a sexualidade feminina é limitada/censurada/interditada por tabus impostos pela sociedade. Com isso, a utilização do preservativo masculino, avulta-se como hegemônico, tornando-se, pois, como o método mais conhecido de prevenção às DSTs/AIDS. Com a promoção e utilização do preservativo masculino, as mulheres tornaram-se “passivas” em relação à escolha e negociação do sexo seguro, podendo

implicar em grandes consequências para a vida sexual saudável, conseqüentemente deixando de ter uma boa qualidade de vida (OLIVEIRA, *et al.*, 2004).

Segundo o Ministério da Saúde o preservativo masculino e feminino é o método mais eficaz e acessível à população no combate e prevenção das DST/AIDS e uma gravidez indesejada. Os preservativos devem ser distribuídos gratuitamente em qualquer Unidade Básica de Saúde e serviços públicos de saúde do Brasil, sendo direito da população ter acesso gratuito sem restrições ou condições ao seu acesso (BRASIL, 2018).

Segundo Almeida *et al.* (2007) uma perspectiva de promover ações preventivas ao público feminino, principalmente relacionado ao autocuidado no campo da saúde sexual e reprodutiva, o preservativo feminino é o método mais eficaz para ser adotado, porém é necessário fornecer mais informações sobre o mesmo, com o intuito de quebrar tabus e formar um pensamento crítico e reflexivo sobre fatores socioculturais construídos. Sendo viável que as mulheres adquiram autonomia em relação ao uso do preservativo feminino, fazendo com que reflitam sobre o grau de vulnerabilidade ao qual estão expostas.

Com a visita nos postos e pela ausência do preservativo feminino para distribuição, surgiram algumas inquietações em relação à utilização do mesmo pela população feminina. Portanto, montamos um questionário com três perguntas subjetivas em relação ao PF que foi aplicado a dez mulheres para complementação dos resultados obtidos nas unidades básicas de saúde.

Foram realizadas as seguintes perguntas: Você já usou o preservativo feminino? Em sua opinião, qual é o motivo da não procura do preservativo feminino pelas mulheres? Qual é a sua percepção em relação ao uso do preservativo feminino? Estas perguntas foram aplicadas para 10 mulheres universitárias da Universidade Federal do Maranhão – UFMA/ Campus VII/Codó.

Em relação à indagação referente a utilização do preservativo feminino pelas universitárias, todas relataram nunca terem usado esse método, ressaltando que o principal fator é a falta de conhecimentos e/ou poucas informações sobre ele na sociedade, além da falta de praticidade na utilização. Uma interlocutora se reporta a um fator sociocultural que limita as mulheres a não procurarem esse método preventivo, que dar-se-á segundo ela: *“Por conta de não termos uma cultura onde seja passada para a mulher essa forma de prevenção.”* Isso mostra que muitos tabus ainda estão enraizados e que negligenciam a vivência da sexualidade da população

feminina, onde não há diálogos no seio familiar e nem políticas públicas eficientes para que as mulheres tenham conhecimento sobre esse método na sociedade.

O preservativo feminino não possui restrições, porém é mais aceito por mulheres que possuem mais autoconhecimento e uma certa habilidade para a utilização correta. Contudo, é necessária a intervenção de profissionais da saúde para orientar e informar sobre a utilização adequada do PF, sendo que a maior dificuldade encontrada são as formas de manuseio na colocação do método. Essa dificuldade de manuseio pode ser explicada pela falta de conhecimento e informações da maioria das mulheres em relação a este método preventivo (OLIVEIRA, *et al.*, 2008, p.1).

Outra interlocutora citou mais um fator importante que restringe as mulheres a optarem pelo preservativo feminino, sendo ele: *“Porque normalmente os homens é quem estão hábitos a usarem. Então, as mulheres não procuram usar já que o parceiro está usando.”* O hábito do uso do preservativo masculino pela população faz com que as mulheres deixem o comportamento preventivo autônomo, deixando isso à responsabilidade do parceiro.

A limitação do uso do preservativo feminino está relacionada à dependência das mulheres em relação ao seu parceiro, onde a mulher perde seu direito de escolha, quando o parceiro recusa a utilizar, inclusive, o preservativo masculino, por exemplo. Nessa perspectiva, faz-se necessário a promoção do PF, como forma de conscientizar e alertar o público feminino sobre a utilização desse método preventivo e, sem dúvida, isso também passa por uma questão de equidade de gênero, é preciso que a mulher tenha total autonomia e segurança no ato sexual (OLIVEIRA, *et al.*, 2008).

Quando perguntado sobre a percepção em relação ao uso do preservativo para as universitárias, as mesmas frisaram como o método mais eficaz na prevenção as DSTs e gravidez, porém que ainda há resistência para seu uso pelo público feminino, uma vez que como reporta uma interlocutora: *“Ainda é preciso mais conhecimento por parte das mulheres, pois a masculina ainda é a mais conhecida pela sociedade. Há mulheres que ainda desconhece esse preservativo ou tem medo de usá-lo, por falta de informação”*. Compreendemos com isso que o maior obstáculo para a adoção desse método é a falta de conhecimento que é corroborada também, muitas vezes, pela falta de interesse de buscarem saber sobre.

Segundo os autores Oliveira e Wiezorkiewicz (2010, p.80), a carência e alguns esclarecimentos ou acesso do preservativo feminino, não está somente relacionada à falta de promoção e informações do mesmo na sociedade pelas as unidades de saúde, mas, pode estar integralizada a de mais fatores, tais como: Desinteresse do público

feminino de adotar um método de prevenção independente, e assuntos ligados a questões culturais e religiosas. Sendo essencial explicar e advertir que a segurança no ato sexual o torna mais saudável, podendo assim, evitar transtornos que eventualmente podem ser causados por atos de irresponsabilidade e falta de planejamento.

4.2. Levantamento epidemiológico de Doenças Sexualmente Transmissíveis no município de Codó, MA, Brasil.

Realizamos no município de Codó, MA, Brasil, um levantamento epidemiológico referente ao período compreendido entre Janeiro de 2017 a Maio de 2018. As informações foram cedidas pela secretaria de saúde da cidade, com o intuito de ter conhecimento das principais Doenças Sexualmente Transmissíveis que acometem a população e os números de casos, ou pelo menos, as que são registradas.

Tabela 01 – Números de casos diagnosticados de DSTs no município de Codó, MA, no período de Janeiro de 2017 a Maio de 2018.

Ano	HIV - Ano 2017				HIV- Até Maio de 2018				Sífilis – Ano 2017				Sífilis – Até Maio de 2018			
	Feminino	Masculino	Gestante	TOTAL	Feminino	Masculino	Gestante	TOTAL	Feminino	Masculino	Gestante	TOTAL	Feminino	Masculino	Gestante	TOTAL
4<	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0
5-9.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
10-14.	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2	0	0	0	0
15-19	1	2	0	3	0	0	1	1	13	17	35	65	3	10	15	28
20-24	1	5	3	9	1	2	0	3	15	27	41	83	8	13	13	34
25-29	4	4	1	9	0	1	0	1	13	18	21	52	6	7	10	23
30-34	4	5	0	9	6	4	0	10	10	11	7	28	3	4	6	13
35-39	9	9	0	18	1	1	0	2	18	14	11	43	2	5	1	8
40-44	0	5	0	0	1	2	0	3	9	11	2	22	1	3	0	4
45-49	4	3	0	7	1	0	0	1	13	9	0	22	5	4	0	9
50-54	0	3	0	3	2	4	0	6	10	13	0	23	6	5	0	11
55-59	1	3	0	4	0	0	0	0	12	7	0	19	4	4	0	8
60>	0	3	0	3	0	1	0	1	20	37	0	57	5	7	0	12
TOTAL	24	42	4	70	12	15	1	28	134	164	177	416	43	62	45	150

FONTE: Secretaria Municipal de Saúde (2018).

A partir dos dados da **Tabela 1**, foi possível observar que as principais IST¹³/DST¹⁴ que acometem a população do município de Codó/MA com os maiores registros é o HIV e Sífilis com mais incidência no sexo masculino dos casos diagnosticados nas faixas etárias de 20 a 24 anos, 25 a 29 anos, 35 a 39 anos e de 50 a 54 anos.

Em relação aos casos de HIV diagnosticados no período de Janeiro de 2017 a Maio de 2018 o número de casos do sexo masculino foi de 42, e do sexo feminino 28 casos, sendo que 04 eram gestantes na faixa etária de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos. De janeiro até Maio de 2018 foram diagnosticados 15 casos no sexo masculino e 13 casos do sexo feminino, tendo uma gestante infectada na faixa de 15 a 19 anos.

No boletim epidemiológico de HIV/AIDS do ano de 2017 mostra que, na última década os casos de infecção pelo HIV tem aumentado significativamente no sexo masculino e com decadência de casos em mulheres. No ano de 2016 foram registrados 22 casos de AIDS em homens para cada 10 mulheres infectadas. Em relação a faixa etárias dos acometidos nos últimos anos triplicou em jovens do sexo masculino de 15 a 19 anos, passando de 2,4 casos por 100 mil habitantes para 6,7 no ano de 2016. Na faixa etária de 20 a 24 anos passou de 16 casos por 100 mil habitantes para 33, 9 casos. Nas mulheres, houve um aumento da doença de 15 a 19 anos e em idosas infectadas acima dos 60 anos (BRASIL, 2017).

A infecção causada pelo Vírus da Imunodeficiência Adquirida (HIV), atualmente é visto como um grande problema de saúde pública mundial por seu grau de gravidade e sua disseminação. Através de uma pesquisa realizada dos anos 1980 até o ano de 2013, foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 686.478 casos de AIDS, sendo que destes 445.197 eram no sexo masculino e 241.223 no sexo feminino. Hoje, o nível de infecção pelo o vírus do (HIV) é estável, porém ainda se concentra em grupos sociais de maior

¹³ As Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST são infecções causadas por diferentes agentes etiológicos (fungos, bactérias, protozoários e vírus) que são transmitidas principalmente pelo ato sexual desprotegido. Essas infecções são caracterizadas pela possibilidade de uma pessoa ter e transmitir para outra sem a presença de sintomas (BRASIL, 2018).

¹⁴ As Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST são transmitidas pelo ato sexual desprotegido e são caracterizadas pela manifestação de sintomas perceptíveis que, na maioria das vezes, se manifestam por meio de feridas, corrimentos ou verrugas genitais (BRASIL, 2015).

vulnerabilidade. Todavia, ainda prevalece nos adultos do sexo masculino sendo os mais suscetíveis (CUNHA, *et al.*, 2015, p.1840).

Conforme Terto Jr (2002, p.151), “jovens com práticas homossexuais têm sido apontados como especialmente vulneráveis ao HIV e podem aumentar outra vez a incidência de AIDS entre a população homossexual masculina”. O HIV possui uma alta taxa de contágio pelo ato sexual, especialmente em relações sexuais com penetração anal desprotegidas, sendo um fator principal e de risco da disseminação do vírus no público do sexo masculino. Tornando essencial políticas de prevenção intensivas a este público de maior vulnerabilidade (GOMES, *et al.*, 2017, p.2). Entretanto, devemos levar em consideração outros fatores e comportamentos que contribuem para infecção pelo o vírus HIV como, por exemplo, relações sexuais exacerbadas com parceiros diversos, relações sexuais desprotegidas e alguns fatores sociais como drogadição, que podem corroborar para que aumente o grau de vulnerabilidade da população, colocando-os em zona de risco a contrair DST/AIDS.

Em relação ao número de casos de pessoas infectadas pela Sífilis é possível notar que é superior aos casos de HIV, sendo notificados 416 casos no ano de 2017 no município, destes 416, 164 são do sexo masculino de 5 a 60 anos, e no sexo feminino 252 casos diagnosticados, tendo 117 mulheres gestantes infectadas. De Janeiro 2017 a Maio de 2018, 62 casos no sexo masculino e 88 casos no sexo feminino, com 45 gestantes. Através do levantamento epidemiológico o maior número de casos de sífilis é predominante no sexo feminino e principalmente em mulheres gestantes, sendo um grande fator de risco.

A sífilis é vista como um grande problema de saúde pública, apesar de existir várias medidas cabíveis para a prevenção efetiva, tais como: o uso do preservativo, o diagnóstico precoce e devido tratamento dos acometidos e parceiros sexuais, uma vez que, o ato sexual é a principal via de transmissão dessa doença na população. Entre os principais problemas decorrentes da infecção sem tratamento é a transmissão vertical, ocasionando a doença congênita. Conforme dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) 18 milhões de pessoas apresentavam sífilis no mundo, com aproximadamente 5,6 milhões de novos casos notificados por ano. A Organização mundial da Saúde colocou a Sífilis como um problema de saúde prioritário em relação à promoção de ações preventivas para o controle das infecções sexualmente transmissíveis, nos anos de 2016 até 2021 com o intuito de amenizar os números de casos notificados (LUPPI, *et al.*, 2018).

A sífilis em gestantes ainda possui um grau significativo, contribuindo assim, para a sífilis congênita, sendo um preocupante fator de risco, pois pode causar graves consequências principalmente nos elevados índices de morbidade e mortes fetais. A sífilis congênita corresponde a 50% dos recém-nascidos com más-formações físicas e transtornos psicológicos (MAGALHÃES, *et al.*, 2011, p.45).

No levantamento epidemiológico também foram obtidos um pequeno número de casos de três IST em abordagem sindrômica, o Condiloma Acuminado com 11 infectados e Herpes genital com 07 casos no ano de 2017. De janeiro a Maio de 2018, foi notificado Condiloma acuminado com 06 casos e corrimento uretral com 02 sem especificações sobre o sexo mais acometido. Com isso, percebe-se que os números de casos subnotificados de IST possuem algumas limitações. Paradoxalmente, de acordo com o levantamento epidemiológico realizado corroborado com a pesquisa de caráter preventivo as informações obtidas sobre as IST não satisfazem a realidade.

Segundo dados da Organização Mundial da Saúde – OMS (2015), mais de um milhão de pessoas são acometidas por Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) no mundo cotidianamente. Estima-se mais de meio milhão de casos anualmente de IST curáveis diagnosticadas. Calcula-se também, 530 milhões de casos de infectados com IST incuráveis no mundo, e destes mais de 290 milhões mulheres estão infectadas pelo o vírus HPV.

O Ministério da Saúde (2015, p.31) no Protocolo Clínica e Diretrizes Terapêuticas, ressalva que:

Muitas pessoas com IST não buscam tratamento porque são assintomáticas (maioria) ou têm sinais e sintomas leves e não percebem as alterações. As pessoas sintomáticas podem preferir tratar-se por conta própria ou procurar tratamento em farmácias ou junto a curandeiros tradicionais. Mesmo aqueles que buscam atendimento na unidade de saúde podem não ter uma IST diagnosticada ou tratada corretamente. No final, apenas uma pequena proporção de pessoas com IST pode chegar à cura e evitar a transmissão (BRASIL, 2015).

É importante intensificar as campanhas de prevenção as IST/AIDS no ambiente escolar visto que, é um grande problema de saúde pública que afeta a população, principalmente por se caracterizarem, na maioria das vezes, por serem assintomáticas. Portanto, a implementação de políticas públicas no combate a essas infecções na escola contribui de forma mais abrangente para promover a saúde

sexual e reprodutiva das pessoas. Todavia, promover a prevenção é uma tarefa desafiadora até mesmo no ambiente escolar, sobretudo pelos tabus e preconceitos impostos por uma sociedade conservadora acerca da sexualidade, fazendo com que os alunos/as possuam resistência em falar sobre esses assuntos e buscarem informações pertinentes sobre os métodos de prevenção. Dessa forma, a potencialização do diálogo é uma ferramenta fundamental para desmitificar os tabus que limitam as abordagens sobre a saúde sexual e reprodutiva em uma sociedade que trivializa a saúde sexual da juventude, sobretudo a saúde sexual feminina.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Indubitavelmente, a promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens é uma pauta extremamente importante. As abordagens realizadas no ambiente escolar têm um papel fundamental, tendo em vista que a escola, como instituição difusora de conhecimento, torna-se um ambiente oportuno e essencial para tais reflexões e discussões sobre a sexualidade humana, proporcionando e potencializando diálogos e incentivando a desconstrução de tabus. Para que tais abordagens sejam significativas, como vimos a partir da bibliografia especializada, faz-se necessário a parceria família/escola, numa integração de diferentes informações e saberes, não incumbindo somente à escola tal mister.

Abordar essa temática proporciona a conscientização e promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens, os sensibilizando a adotarem hábitos mais preventivos e saudáveis no campo da saúde sexual através de informações sobre as vulnerabilidades as quais estão expostos relacionados às DST/AIDS e gravidez na adolescência minimizando assim, os impactos negativos desses fatores de risco e instigando, sobretudo o autocuidado.

Com o desenvolvimento deste trabalho foi possível observar que ainda existem muitas barreiras socioculturais que influenciam na vivência da sexualidade dos adolescentes de forma emancipatória, onde os tabus sexuais ainda se encontram enraizados em uma sociedade conservadora e adultocêntrica, que restringe/censura e banaliza os assuntos voltados a saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens. Mostra também, que há ineficácia nas políticas públicas para a promoção da prevenção as DST/AIDS.

Com isso, nota-se que ainda há muitos caminhos a percorrer na escola e no ambiente familiar acerca das abordagens sobre sexualidade e a promoção da saúde sexual e reprodutiva de adolescentes e jovens, sendo importante que a escola valorize a educação sexual permitindo discussões e trocas de informações de forma mais aberta e problematizadora, oportunizando o desenvolvimento de ações reflexivas e educativas relevantes que desencadearão em comportamentos sexuais conscientes e responsáveis.

6. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D.S.O.; COSTA, R.L.; SILVA, T.M. Chega de tabu! A sexualidade sem medos e sem cortes. Franca – São Paulo, UNESP, 2006.
- BESSERA, E.P.; PINHEIRO, P. NC, P; ALVES, M.D.S. BARROSO, M.G.T. Adolescência e vulnerabilidade às doenças Sexualmente Transmissíveis: uma pesquisa documental. DST – J bras Doenças Sex Transm, Fortaleza-Ceará, n.1, v.20, p.32-35, 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde sexual e saúde reprodutiva. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (Cadernos de Atenção Básica, n. 26) (Série A. Normas e Manuais Técnicos).
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Notícias STF. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp>>. Acesso em: 28 de Agosto de 2018.
- BRASIL. Constituição Federal/ 1988. Brasília: Senado, 2013.
- BRASIL, MEC. Parâmetros curriculares nacionais: introdução. Brasília - DF, 1997.
- BRASIL. Portal do MEC. Programa Nacional do Livro Didático. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acessado em: 30 de Outubro de 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Direitos sexuais e direitos reprodutivos: uma prioridade do governo. Brasília-DF, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Informações sobre gravidez na adolescência. Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br>. Acessado em: 15 de Setembro de 2018.
- BRAIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília - DF: Câmara dos deputados, 2014. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
- BRASIL. Ministério da Saúde. Infecções sexualmente transmissíveis: o que são e como prevenir. Disponível em: < <http://portalms.saude.gov.br>>. Acessado em: 21 de Setembro de 2018.
- Brasil. Ministério da Saúde. Preservativo. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, HIV/AIDS e das Hepatites Virais. Disponível em: < <http://www.aids.gov.br/pt-br>>. Acessado em: 21 de Setembro de 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Doenças sexualmente transmissíveis (DST). Disponível em: <<http://bvsmms.saude.gov.br>>. Acessado em: 21 de Setembro de 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico de HIV/AIDS 2017. Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle de das IST, HIV/AIDS e das Hepatites Virais Brasília – DF, 2017.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Atenção Integral às Pessoas com Infecções Sexualmente Transmissíveis / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. – Brasília : Ministério da Saúde, 2015.
- BRÊTAS, J. R.S. Aspectos da sexualidade na adolescência. Ciênc. Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, n.17.V.16,p.3221-3228, 2011.
- CARVALHO, I.S.;JÚNIOR, P.B.C.;NETO,A.V.L.;FREITAS,I.N.;ARAÚJO, R.D.T. A sexualidade em livros didáticos de ciências do 8º ano do ensino fundamental: uma abordagem satisfatória? Adolesc. Saúde, Rio de Janeiro, n.3, vol.9, p.29-36, 2012.
- COELHO, R. F.S.; SOUTO,T,G.; SOARES, L.R.; LACERDA, L.C.M.;

- MATÃO, M.E.L. Conhecimentos e crenças sobre doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS entre adolescentes e jovens de escolas públicas estaduais da região oeste de Goiânia. *Revista de patologia tropical*, Goiás, Vol.40, n. 1, p. 56-66, 2011.
- COSTA, E.S.; SILVA, C.D.; GOMES, V.L.O.; FONSECA, A.D.; FERREIRA, D.A. Preservativo feminino: dificuldades de adaptação e estratégias para facilitar o uso rotineiro. *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, n.2, vol.22, p.163-168, 2014.
- CUNHA, G.H.; FIUZA, M.L.T.; GIR, E.; AQUINO, P.S.; PINHEIROS, A.K.B.P.; GALVÃOS, M.T.G. Qualidade de vida de homens com AIDS e o modelo da determinação social da saúde. *Ver. Latino-Am. Enfermagem*, Fortaleza-CE, n.2, vol. 23, p.183-191, mar-abr., 2015.
- FERNANDES, M.A.; CORREIRA, M.S.; LAGES, L.M.P. Inclusão sexual: abordagem docente sobre a educação sexual no ensino fundamental II. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, n.2, Campina Grande-PB, 2016.
- GONÇALVES, R.C.; FALEIRO, J.H.; MALAFAIA, G. Educação sexual no contexto familiar e escolar: Impasses e desafios. *Holos*, Goiás, ano. 29, vol. 5, p.252-263, 2013.
- GOMES, V.L.O.; FONSECA, A.D.; JUNDI, M.G.; SEVERO, T.P. Percepções de casais heterossexuais acerca do uso da camisinha feminina. *Esc Anna Nery* (impr.), Rio Grande do Sul-RS, n.1, vol.15, p.22-30, 2011.
- GOMES, R.R.F.M.; CECCATO, M.G.B.; KERR, L.R.F.S.; GUIMRÃES, M.D.C. Fatores associados ao baixo conhecimento sobre HIV/AIDS entre homens que fazem sexo com homens no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Belo Horizonte-MG, n.33, vol.10, p.01-15, 2017.
- GONDIM, P.S.; SOUTOS, N.F.; MOREIRA, C.B.; CRUZ, M.E.C.; HERONILDES, F. Acessibilidade dos adolescentes às fontes de informações sobre saúde sexual e reprodutiva. *Journal of Human Growth and Development*, Salvador-BA, n.1, vol.25, p.50-55, 2015.
- HOLANDA, M.L.; FROTA, M.A.; MACHADO, M.F.A.S.; VIEIRA, N.F. O papel do professor na educação sexual de adolescentes. *Cogitare Enferm.* n. 15, p. 701-708, 2015.
- JARDIM, D.P.; SANTOS, E.F. Uso do preservativo masculino por adolescentes no início da vida sexual. *Adolesc. Saúde*, Rio de Janeiro, n.2, vol.9, p.37-44, 2012.
- JIMENEZ, L.; ASSIS, D.A.D.; NEYES, R.G. Direitos sexuais e reprodutivos de crianças e adolescentes: desafios para as políticas de saúde. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 107, P. 1092-1104, OUT-DEZ 2015.
- LUPPI, C.G.; GOMES, S.E.C.; SILVA, R.J.C.; UENO, A.M.; SANTOS, A.M.K.; TAYRA, A.; TAKAHASHI, R.F. Fatores associados à coinfeção por HIV em casos de sífilis adquirida notificados em um Centro de Referência de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids no município de São Paulo, 2014. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, n. 1, vol. 27, p.01-12, 2018.
- MAROLA, C.A.G.; SANCHES, C.S.M.; CARDOSO, L.M. Formação de conceitos em sexualidade na adolescência e suas influências. *Psic, da Ed.*, São Paulo, n.2, vol.33, p. 95-118, 2011.
- MOIZÉS, J.S.; BUENO, S.M.V. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. *Revista Esc. Enferm. USP*, Ribeirão Preto-SP, n.1, v.44, p.205-212, 2009.

- MAGALHÃES, D.M.S.; KAWAGUCHI, I.A.L.; DIAS, A.; CALDERON, I.M.P. A sífilis na gestação e sua influência na morbimortalidade materno-infantil. Com. Ciências Saúde, Brasília-DF, n. 1, vol.22, p.43-54, 2011.
- NOGUEIRA, N.S.; ZOCCA, A.R.; MUZZETI, L.R.; RIBEIRO, P.R.M. Educação sexual no contexto escolar: as estratégias utilizadas em sala de aula pelos educadores. *Holos*, São Paulo – SP, n.32, v.3, p. 319-327, 2016.
- NASCIMENTO, A.R.; LUCAS, P.; SILVA, C.N.; BIZERRO, J.M.C. Educação Sexual e prática docente na escola. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, n.4, João Pessoa-PB, 2017.
- OLIVEIRA, N. S.; MOURA, E. R. F.; GUEDES, T. G.; ALMEIDA, P. C. Conhecimento e promoção do uso do preservativo feminino por profissionais de unidades de referência para DST/HIV de Fortaleza-CE: o preservativo feminino precisa sair da vitrine. *Saúde e Sociedade*, Fortaleza-CE, n.1, vol. 17, p.107-116, 2008.
- OLIVEIRA, A.P.S. A contribuição do livro didático à prática docente de professores de ciências. CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, n.3, Natal- RN, 2016.
- OLIVEIRA, J.C, P.; WIEZORKIEWICZ, A.M. O conhecimento das mulheres sobre o uso do preservativo feminino. *Ágora: Revista de divulgação científica*, Rio Negro-PR, n.1, vol.17, p.81-84, 2010.
- OLIVEIRA, D.L.; MEYER, D.E.; SANTOS, L.H.S.; WIHELMS, D.M. A negociação do sexo seguro na TV: discursos de gênero nas falas de agentes comunitárias de saúde do Programa Saúde da Família de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, n. 20, vol.5, p.309-1318, set-out, 2004.
- OLIVEIRA, N.S.; MOURA, E.R.F.; GUEDES, T.G.; ALMEIDA, P.C. Conhecimento e promoção do uso do preservativo feminino por profissionais de unidades de referência para DST/HIV de Fortaleza-CE: O preservativo feminino precisa sair da vitrine. *Saúde Soc.*, São Paulo, n.1., vol.17, p. 107-116, 2008.
- PAIVA, V.; CALAZANS, G.; VENTURI, G.; DIAS, R. Idade e uso de preservativo na iniciação sexual de adolescentes brasileiros. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, n.1, vol.42, p.45-53, 2008.
- PECORARI, Eliane Porto Di Nucci; CARDOSO, Luciana Roberta Donola; FIGUEIREDO, Tathiana Fernandes Biscuola. Orientação sexual em escolas de ensino fundamental: um estudo exploratório. *Cad. Psicopedagogia*, São Paulo, v. 5, n. 9, 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167610492005000100002&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 26 out. 2018.
- RODRIGUES, C. P.; WECHSLER, A.M. A sexualidade no ambiente escolar: a visão dos professores de educação infantil. *Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade*, Bebedouro-SP, n. 1, vol. 1p. 89-104, 2014.
- SOUZA, S.L.; COAN, C.M. Abordagem da sexualidade humana em livros didáticos de biologia. III SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL, n.3, Maringá-PR, 2013.
- TERTO JR, Veriano. Homossexualidade e saúde: Desafios para a terceira década de epidemia de HIV/AIDS. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 8, n. 17, p. 147-158, 2002.
- UNITED Nations International Conference on Population and Development. Cairo, 1994. Disponível em: <www.iisd.ca/cairo.html>. Acessado em: 20 de Agosto de 2018.

APÊNDICES

APÊNDICES A – Questionário Gestores/as**ENTREVISTA**

- 1) Qual a importância das abordagens sobre saúde sexual e reprodutiva com os alunos?
- 2) Na escola existe ou existiu algum projeto voltado para a temática saúde sexual e reprodutiva?
- 3) Há casos de gravidez na adolescência?
- 4) Como os pais atuam nas abordagens das DSTs/AIDS no âmbito escolar?
- 5) Os órgãos públicos de saúde realizam alguma campanha na escola acerca da saúde sexual e reprodutiva?

APÊNDICE B – Questionário professores/as

Sexo:	() Feminino () Masculino
Nome (opcional):	
Formação e/ou área de atuação	
Tempo de magistério:	
QUESTIONÁRIO – PROFESSOR	
1) Qual o nível de interação dos alunos (as) acerca da saúde sexual e reprodutiva na sala de aula?	
2) Quais são os obstáculos enfrentados para as abordagens da saúde sexual e reprodutiva com adolescentes e jovens?	
3) Os alunos fazem muitos questionamentos sobre a temática na sala de aula?	
4) Como os livros didáticos de Biologia abordam as DSTs/AIDS?	
5) Qual a importância das abordagens sobre saúde sexual para prevenção de doenças?	
6) Quais as dúvidas mais frequentes dos alunos sobre a saúde sexual e reprodutiva?	

APÊNDICE C – Questionário alunos/as

<p>Sexo: () Feminino () Masculino</p> <p>Série/ano:</p>
<p>1) De que forma seus professores abordam a temática saúde sexual e reprodutiva?</p> <p>() sim, porém insuficiente () sim, e adequadamente () não () desconheço</p> <p>2) Seus pais falam sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis?</p> <p>() sim () não</p> <p>3) Seus pais falam sobre os métodos de contracepção?</p> <p>() sim () não</p> <p>4) Na sua escola existe alguma campanha ou projeto de prevenção contra DSTs/AIDS?</p> <p>() nunca () pouco frequentemente () frequentemente () muito frequentemente () desconheço</p> <p>5) Os livros didáticos trazem as informações necessárias acerca da temática?</p> <p>() sim, porém insuficiente () sim, e adequadamente () não () desconheço</p> <p>6) Você costuma fazer perguntas sobre esse assunto para seus professores?</p> <p>() nunca () pouco frequentemente () frequentemente () muito frequentemente</p> <p>7. Você gostaria de receber mais informações sobre saúde sexual e reprodutiva?</p> <p>() sim () não</p>

APÊNDICE D – Questionário mulheres**Idade:**

- 1) Você já usou o preservativo feminino?
() sim () não
- 2) Em sua opinião, qual é o motivo da não procura do preservativo feminino pelas mulheres?
- 3) Qual é sua percepção em relação ao uso do preservativo feminino?